



CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2024

RESUMO TÉCNICO

**DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS
EDUCACIONAIS
DEED**

INEP

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | **MEC**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | **INEP**

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS | **DEED**





**CENSO ESCOLAR
DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2024
RESUMO TÉCNICO**

Brasília-DF
Inep/MEC
2025



DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS (DEED)

COORDENAÇÃO-GERAL DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (CGCEB)

Carlos Eduardo Moreno Sampaio

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE QUALIDADE E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO (CGCQTI)

Fábio Pereira Bravin

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICAS, INDICADORES E CONTROLE DE QUALIDADE DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (CEICQEB)

Vitor Passos Camargos

Helena Ariane Borges Corrêa

Julio Cesar de Lima Filgueiras

Márlei Afonso de Almeida

Raphael Igor da Silva Corrêa Dias

Robson Dantas de Andrade

COORDENAÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Clodoaldo de Oliveira Lemes

Guilherme Rodrigues Menezes

João Victor Melo Corrêa Mendes

Maria Aline Gomes Lisboa

Palu Silveira Abe

Viviane Maria de Souza Rosa

COORDENAÇÃO GERAL DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Célia Cristina de Souza Gedeon Araújo

Adna Carvalho Pinheiro

Alessandra de Lira

Aline Perfeito de Sousa

Andrea Magna Teixeira Silva

Carlos Daniel Araújo Mathias

Cintia de Moura Almeida Antônio

Dionísio Antônio de Souza Teixeira

Elaine de Almeida Cabral

Estevon Nagumo

Fernanda Anacleto Gomes

Gedalias Ferreira dos Santos Filho

Glauco Rocha e Rocha

Graciela Luzia de Carvalho Magalhães

Henrique Vieira de Jesus Santos

Inês Catarina Nunes Pereira

Julio César Marques

Julio César Pereira da Silva Júnior

Larissa Assis Pinho

Lomarques Carneiro dos Santos

Luseli Dourado Pereira Ericeira

Marcele Fernanda Sabbatini

Marcos Rogério Serra

Maria Felix Barros da Silva Ferreira

Maria José Trindade de Almeida

Monalisa de Abreu Leite

Priscila Gonçalves Domingues

Raquel Barbosa Ferreira Gomes

Sabrina Trica Rocha

Silvana Porto de Araujo Fernandes

Sioene Antonia Oliveira

Suele France de Sousa Sales

Tadeu Lucena da Silva

Thayná Victoria Rodrigues Lopes

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS (DIRED)

COORDENAÇÃO-GERAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES (CGEP)
Priscila Pereira Santos

DIVISÃO DE PERIÓDICOS (DPE)

Roshni Mariana de Mateus

DIVISÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL (DPR)

Ricardo César Blezer

APOIO EDITORIAL

Janaína da Costa Santos

PROJETO GRÁFICO CAPA/MIOLO

Marcos Hartwich/Raphael C. Freitas

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL

Érika Janaína de Oliveira Saraiva

REVISÃO GRÁFICAL

José Miguel dos Santos

REVISÃO LINGÜÍSTICA

Jéssica Oliveira Carvalho

NORMALIZAÇÃO

Aline Ferreira Souza

PUBLICADO *ONLINE* EM MARÇO DE 2025.

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico*. Brasília, 2025.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ESTA PUBLICAÇÃO POSSUI LISTAS INTERATIVAS

PARA RETORNAR ÀS LISTAS, CLIQUE NA FIGURA, GRÁFICO, QUADRO OU TABELA

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O MUNICÍPIO – BRASIL – 2024	47
FIGURA 2	PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO O MUNICÍPIO – BRASIL – 2024	50
FIGURA 3	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE PEQUENO PORTE (ATÉ 50 MATRÍCULAS) SEGUNDO O MUNICÍPIO – BRASIL – 2024	53
FIGURA 4	PERCENTUAL DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSO À INTERNET SEGUNDO O MUNICÍPIO – BRASIL – 2024.....	54
FIGURA 5	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA SEGUNDO O MUNICÍPIO – BRASIL – 2024.....	59
FIGURA 6	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA SEGUNDO O MUNICÍPIO – BRASIL – 2024.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2020-2024	17
GRÁFICO 2	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2024	17
GRÁFICO 3	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2024.....	18
GRÁFICO 4	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, POR ETAPAS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2024	19
GRÁFICO 5	TAXA DE APROVAÇÃO SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2019-2023	20
GRÁFICO 6	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS, POR ETAPA DE ENSINO, SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2024	21
GRÁFICO 7	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2020-2024	22
GRÁFICO 8	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2020-2024	22
GRÁFICO 9	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2024.....	23
GRÁFICO 10	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA – BRASIL – 2020-2024	24
GRÁFICO 11	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2020-2024	24
GRÁFICO 12	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2020-2024	25
GRÁFICO 13	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2020-2024	26
GRÁFICO 14	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2024.....	26
GRÁFICO 15	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PÚBLICA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2024.....	27
GRÁFICO 16	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PRIVADA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2024	28
GRÁFICO 17	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2020-2024	28
GRÁFICO 18	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (TOTAL, INTEGRADO E NÃO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL) – BRASIL – 2020-2024.....	29



GRÁFICO 19	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2020-2024	30
GRÁFICO 20	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2024.....	30
GRÁFICO 21	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DO ENSINO MÉDIO, POR REDE DE ENSINO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2024	31
GRÁFICO 22	PROPORÇÃO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2020-2024	32
GRÁFICO 23	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – BRASIL – 2020-2024	33
GRÁFICO 24	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2024	33
GRÁFICO 25	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2024.....	34
GRÁFICO 26	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2024.....	35
GRÁFICO 27	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BRASIL – 2020-2024.....	36
GRÁFICO 28	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2024.....	36
GRÁFICO 29	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2024	37
GRÁFICO 30	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2024	38
GRÁFICO 31	NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS OU ESPECIAIS EXCLUSIVAS SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2020-2024	39
GRÁFICO 32	PERCENTUAL DE ALUNOS MATRICULADOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES QUE ESTÃO INCLUÍDOS EM CLASSES COMUNS SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2020-2024.....	39
GRÁFICO 33	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO QUE FREQUENTAM CLASSES COMUNS (COM E SEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) OU CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS – BRASIL – 2020-2024	40
GRÁFICO 34	NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS E EM CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2024	41
GRÁFICO 35	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2020-2024.....	42



GRÁFICO 36	NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2024	42
GRÁFICO 37	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2020-2024.....	43
GRÁFICO 38	NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2024	44
GRÁFICO 39	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2020-2024	44
GRÁFICO 40	INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2024	45
GRÁFICO 41	NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2024	45
GRÁFICO 42	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2020-2024	46
GRÁFICO 43	INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2024	46
GRÁFICO 44	NÚMERO DE DOCENTES NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2024	48
GRÁFICO 45	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DO ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2020-2024	48
GRÁFICO 46	INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO MÉDIO SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2024.....	49
GRÁFICO 47	PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i> OU <i>STRICTO SENSU</i> (INDICADOR 16A – RELATÓRIO DO 5º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2020-2024.....	51
GRÁFICO 48	PERCENTUAL DE DOCENTES COM FORMAÇÃO CONTINUADA (INDICADOR 16B – RELATÓRIO DO 5º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2020-2024	51
GRÁFICO 49	PERCENTUAL DE ESCOLAS SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2024	52
GRÁFICO 50	NÚMERO DE ESCOLAS SEGUNDO A OFERTA DE ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2024.....	54
GRÁFICO 51	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2020-2024	55
GRÁFICO 52	RECURSOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA E À INFRAESTRUTURA DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2024	56
GRÁFICO 53	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS) – BRASIL – 2020-2024.....	57
GRÁFICO 54	NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS) SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2024	57
GRÁFICO 55	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2024	58



GRÁFICO 56	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2024.....	60
GRÁFICO 57	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO SEGUNDO A REDE (PÚBLICA OU PRIVADA) – BRASIL – 2020-2024.....	60
GRÁFICO 58	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2024	61
GRÁFICO 59	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2024	62
GRÁFICO 60	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2024	62
GRÁFICO 61	NÚMERO DE DIRETORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2024	64
GRÁFICO 62	PERCENTUAL DE DIRETORES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO O TIPO DE VÍNCULO/REGIME DE CONTRATAÇÃO – REDE PÚBLICA – BRASIL – 2024	65
GRÁFICO 63	PERCENTUAL DE DIRETORES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A FORMA DE ACESSO AO CARGO – BRASIL – 2024.....	65



SUMÁRIO

ESTA PUBLICAÇÃO POSSUI SUMÁRIO INTERATIVO

PARA RETORNAR AO SUMÁRIO, CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA EM CADA SEÇÃO

APRESENTAÇÃO.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
.....	
1 RESULTADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2024	16
1.1 MATRÍCULA	16
1.1.1 VISÃO GERAL	16
1.1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL	21
1.1.3 ENSINO FUNDAMENTAL.....	24
1.1.4 ENSINO MÉDIO	29
1.1.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	32
1.1.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	35
1.1.7 EDUCAÇÃO ESPECIAL	38
1.2 DOCENTES	41
1.2.1 VISÃO GERAL	41
1.2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL	42
1.2.3 ENSINO FUNDAMENTAL.....	43
1.2.4 ENSINO MÉDIO	47

1.2.5	PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	50
1.3	ESCOLAS	52
1.3.1	VISÃO GERAL	52
1.3.2	EDUCAÇÃO INFANTIL	55
1.3.3	ENSINO FUNDAMENTAL.....	56
1.3.4	ENSINO MÉDIO	60
1.4	GESTORES.....	63
1.4.1	VISÃO GERAL	64
.....		
	REFERÊNCIAS	66
	GLOSSÁRIO	71



APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tem a satisfação de disponibilizar à sociedade o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2024. Esta publicação compõe o conjunto de instrumentos de divulgação dos resultados da pesquisa e, assim como os outros, foi elaborada para cumprir a finalidade institucional de “promover a disseminação das estatísticas, dos indicadores e dos resultados das avaliações, dos estudos, da documentação e dos demais produtos de seus sistemas de informação” (Brasil, 2022, anexo I, art. 1º, inc. VIII).

A elaboração deste Resumo considerou os princípios da imparcialidade, da objetividade, da acessibilidade e da transparência, constantes nos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UN, 2014) e incorporados como princípios fundamentais e de boas práticas, orientadores da produção e divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep (Brasil. Inep, 2017a). Efetivam-se, também, os princípios constitucionais da administração pública da impessoalidade, da publicidade e da eficiência (Brasil, 1988, art. 37).

O presente Resumo Técnico foi pensado para ser um documento de referência geral e consulta para gestores dos sistemas de ensino; técnicos dos órgãos de gestão da política educacional nos âmbitos federal, estadual e municipal; estudantes e acadêmicos de graduação e pós-graduação; pesquisadores; e demais interessados. Contudo, por sua divulgação e organização sistemáticas, também tem o potencial de orientar análises mais detalhadas sobre temas específicos relacionados ao sistema educacional brasileiro, que poderão ser desenvolvidas a partir dos outros produtos de divulgação, entre eles as planilhas dos **indicadores educacionais** derivados da pesquisa, a **Sinopse Estatística da Educação Básica**, os **microdados** e os **painéis estatísticos**.

Os dados exibem um panorama da educação básica no País, com algumas estatísticas apresentadas em série histórica, possibilitando traçar tendências da área. Este volume está organizado em seções que revelam o quantitativo e as características gerais das principais estatísticas (matrículas, docentes, gestores e escolas) distribuídas para as diferentes etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais e finais, ensino médio, educação profissional e educação de jovens e adultos – EJA).

Cabe-nos, neste momento, agradecer a todos que, direta ou indiretamente, participaram da pesquisa, pois realizar tarefa tão grande quanto às dimensões continentais do Brasil e tão desafiadora quanto à diversidade e às desigualdades expressas nesse mesmo território, em tão justo prazo, não seria possível

sem a efetivação de um processo coordenado de participação e cooperação que firma e materializa o pacto federativo nacional, no qual os entes federados autônomos (União, estados e municípios), além das escolas (públicas e privadas), atuam de forma colaborativa para que o País conheça em números, por meio das estatísticas oficiais, o tamanho do esforço e da dedicação empreendidos para se garantir o direito à educação de qualidade para todos os brasileiros e os desafios vivenciados cotidianamente nesse trabalho.

Diretoria de Estatísticas Educacionais

INTRODUÇÃO

O Censo Escolar é uma pesquisa estatística anual coordenada pelo Inep e realizada em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação, escolas públicas e privadas de todo o País. Esse levantamento permite a produção e avaliação de estatísticas das condições de oferta e atendimento do sistema educacional brasileiro na educação básica, reunindo informações sobre todas as suas etapas e modalidades de ensino e compondo um quadro detalhado sobre os alunos, as turmas, os profissionais escolares em sala de aula, os gestores e as escolas. As informações produzidas subsidiam a operacionalização de políticas públicas, programas governamentais e ações setoriais nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

A declaração das informações ao Censo Escolar é obrigatória para todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica no País e deve ser feita com base nos documentos administrativos das escolas e redes de ensino, tendo por parâmetro a situação observada na data de referência da pesquisa, definida como a última quarta-feira do mês de maio de 2024 (Portaria Inep nº 181/2024, retificada pela Portaria Inep nº 276/2024). A coleta de dados é realizada por meio do Educacenso, um sistema eletrônico que possibilita que os formulários da pesquisa sejam preenchidos diretamente por seus usuários (informantes) ou mediante processo de migração de dados de forma automática, utilizando os sistemas próprios de gestão das escolas e redes de ensino. Portanto, trata-se de um levantamento estatístico com base na coleta indireta de informações documentais por meio de um questionário eletrônico.

Anualmente, o Inep, no seu esforço de coordenação, desenvolve um conjunto de atividades de preparação da pesquisa, treinamento dos diferentes atores participantes da operação estatística, desenvolvimento de ferramentas e material de referência, verificação e tratamento de dados e divulgação dos resultados para que os prazos estabelecidos na legislação em vigor e os requisitos dos processos de qualidade sejam cumpridos.

A partir da data de referência, os diferentes atores nas secretarias de educação municipais e estaduais e os informantes nas escolas se mobilizam para prestarem as informações requeridas, com atenção às ações solicitadas nas diferentes fases da pesquisa. Durante a coleta, os dados são acompanhados pela equipe técnica do Inep e passam por processos de consistência e validação. Ao final do período oficial de coleta, consolidam-se as informações preliminares, as quais passam por etapas de verificação, validação e retificação pelos informantes e gestores das escolas e redes de ensino. Por fim, os dados são tratados pela equipe do Inep e sistematizados para a publicação oficial dos resultados e a comunicação com os diferentes perfis de usuários da informação estatística, ainda dentro do mesmo ano de referência.

Em 2024, contamos com a colaboração ativa das equipes coordenadoras do Censo nas 27 secretarias estaduais de educação no gerenciamento do processo nos respectivos territórios. Cerca de 186 mil usuários acessaram o sistema eletrônico de coleta. Mais de 215 mil estabelecimentos de ensino de educação básica participaram da pesquisa, entre os quais 179 mil eram escolas ativas, que informaram aproximadamente 47,1 milhões de matrículas de escolarização, distribuídas em cerca de 2,2 milhões de turmas com 2,4 milhões de docentes em sala de aula.

Importante reforçar que, desde 2022, por conta dos ajustes na organização curricular do ensino médio (Lei nº 13.415/2017), o Censo Escolar, que já coletava informações que permitiam a avaliação adequada do tempo de permanência do aluno na escola ou em atividades escolares (com registros sobre as turmas de escolarização, de atividade complementar e de atendimento educacional especializado), passou a permitir o registro de turmas relacionadas ao itinerário formativo dos alunos. Essa mudança exigiu o ajuste no cálculo dos indicadores que consideram tempo de permanência do aluno na escola ou em atividades escolares (a avaliação do tempo integral e da média de horas-aula diária).

Deste modo, o cálculo do tempo de permanência do aluno na escola ou em atividades escolares passou a considerar, além da carga horária das turmas de escolarização e de atividade complementar, a carga horária das novas turmas de itinerário formativo, assim como a carga horária das turmas de atendimento educacional especializado (AEE). A inclusão do tempo de AEE está alinhada com a metodologia de cálculo do indicador da Meta 6 do Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2014), estando também em consonância com as estratégias de ampliação da oferta da educação em tempo integral: 1) a promoção/fomento de atividades complementares; e 2) a ampliação da carga horária dos alunos com deficiência, assegurando o atendimento educacional especializado complementar e suplementar. Além disso, o indicador de tempo integral, que antes de 2022 media a carga horária média diária do aluno para avaliar se era igual ou superior a sete horas (420 minutos), passou a mensurar a carga horária total semanal¹, verificando se essa é igual ou superior a 35 horas (2.100 minutos). Tal ajuste buscou facilitar o entendimento conceitual da medida de carga horária nas diferentes etapas e modalidades de ensino.

Os resultados da pesquisa do ano de 2024 são apresentados neste documento em forma de sumário executivo nacional, consolidando a entrega à sociedade dos produtos de divulgação dos resultados desta edição. Sem a pretensão de exaurir as possibilidades de análise, esperamos que a leitura desvele linhas de investigação que poderão ser aprofundadas a partir de outros produtos mais amplos, os quais possibilitam análises pormenorizadas e em trajetória sobre características mais específicas do sistema de ensino, considerando diferentes níveis e agregações territoriais, até o nível da escola.

PROCEDIMENTOS DE COLETA, ACOMPANHAMENTO E QUALIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A Coordenação-Geral do Censo Escolar da Educação Básica (CGCEB), que é responsável pelo planejamento, sistematização, coordenação e execução da coleta do Censo Escolar, atua nas diversas fases da pesquisa, por meio de abordagens variadas, para assegurar a qualidade das informações coletadas. A CGCEB disponibiliza e mantém um conjunto de documentos orientadores da coleta (Brasil. Inep, 2018, 2021a,

¹ A carga horária total semanal de um aluno é obtida pela soma das cargas horárias semanais da turma de formação geral básica (turma de escolarização da creche ao ensino médio), das turmas exclusivas de atividade complementar (quando existentes), das turmas de atendimento educacional especializado (quando existentes) e das turmas exclusivas de itinerário formativo (quando existentes para os alunos de ensino médio), sempre multiplicando, em cada turma, o tempo diário (em minutos) pelo número de dias da semana para obtenção da carga horária semanal.

2023a, 2023b, 2023c, 2024b, 2024c, 2024d, 2024e) e de vídeos tutoriais (Brasil. Inep, 2024g). Adicionalmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE) oferece, de forma permanente, o curso Censo Escolar da Educação Básica – Sistema Educacenso (Brasil. FNDE, 2024).

Os formulários, conceitos e mecanismos de consistência e validação adotados no Censo Escolar passam por atualizações regulares. A atualização do formulário da pesquisa tem como base o princípio da solicitação de informação não excessiva, já que o excesso levaria à sobrecarga dos respondentes e poderia prejudicar a qualidade dos dados fornecidos. Assim, verifica-se sempre a possibilidade de obter a informação de outras fontes de pesquisa. No entanto, quando a relevância e a necessidade de atualização são identificadas, realiza-se o pré-teste de um novo item em uma amostra de escolas, buscando avaliar a clareza e compreensão dos conceitos adotados e, quando possível, a validade das respostas.

O sistema Educacenso conta com diversas regras de consistência e validação de dados. Destacam-se os alertas de preenchimento (como o de inadequação da idade dos alunos em relação à etapa de ensino da turma), os erros impeditivos (que impedem o fechamento do Censo Escolar), os processos de verificação dos dados pessoais dos alunos e profissionais na Receita Federal (que são importantes nos mecanismos de pesquisa de alunos e profissionais) e também processos posteriores à coleta, como o de remoção de cadastros duplos. O sistema disponibiliza relatórios gerenciais e de alerta que cruzam informações dos diferentes formulários de coleta, consolidam as principais inconsistências e permitem o acompanhamento da qualidade das informações declaradas.

Além das ferramentas implementadas no sistema, a CGCEB produz relatórios internos, que buscam identificar o nível de preenchimento da pesquisa por meio da comparação com dados observados em anos anteriores. Outra ação importante é a verificação *in loco* das informações do Censo Escolar, que consiste na realização de visitas técnicas às secretarias de educação e instituições de ensino e tem como objetivos verificar e avaliar as informações declaradas ao Censo Escolar. O Mapa da Coleta (Brasil. Inep, 2024h) é outra ferramenta, disponível no Portal do Inep, que permite o acompanhamento da declaração do Censo Escolar em tempo real.

A Coordenação-Geral de Controle de Qualidade e Tratamento da Informação (CGCQTI), especificamente por meio da Coordenação de Estatísticas, Indicadores e Controle de Qualidade do Censo da Educação Básica (CEICQCEB), apoia a CGCEB nos processos relativos ao tratamento e à qualidade da informação. Essa atuação conjunta se dá nos processos de pré-teste de itens, de revisão do processo de deduplicação² de cadastros, de produção de relatórios do módulo de confirmação de matrículas, de produção de tabelas que permitem a extração simplificada de estatísticas durante a coleta e de revisão do Mapa de Riscos do Censo Escolar da visita *in loco*, além da produção de relatórios complementares.

Um dos relatórios produzidos na CEICQCEB é o relatório de falhas no fluxo dos alunos, que permite avaliar o percentual de alunos matriculados no Censo Escolar atual que apresentaram alguma inconsistência na sua trajetória escolar observada nos censos escolares dos últimos dez anos. Outra produção, dentre as demais ações complementares de Controle de Qualidade da CEICQCEB, é o relatório de alertas sobre variação não usual de estatísticas e indicadores. Ambos buscam gerar alertas para as redes que apresentem variação (no último ano) superior a limites extremos pré-estabelecidos, por unidade da Federação, município, etapa e rede de ensino.

Além disso, há relatórios que comparam a matrícula do Censo Escolar com informações externas ou complementares, como os dados de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outro relatório avalia a concordância entre a formação declarada para os docentes da educação básica e os

² Mais detalhes sobre o processo de deduplicação na subseção “Processo de manutenção do registro único do cadastro de alunos e docentes do Censo Escolar: deduplicação” da *nota técnica das taxas de transição* (Brasil. Inep, 2017b).

curso concluídos pelos mesmos docentes no Censo da Educação Superior, listando divergências identificadas. Há os que avaliam ainda a coerência da declaração de escolas indígenas e quilombolas, analisando a geolocalização dessas escolas em relação às malhas da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e listando escolas com indicativo de inconsistência. Também, comparam-se informações externas de medição de internet nas escolas³ com as informações de disponibilidade de internet declaradas no Censo Escolar para produção de relatórios de alerta.

A CGCQTI e a CEICQCEB trabalham conjuntamente com a Coordenação de Sistematização e Disseminação da Informação (CSDI) na ampliação e no desenvolvimento dos produtos de disseminação ativa do Censo Escolar, promovendo, assim, a transparência e o controle social das informações. Destacam-se, historicamente, a mudança da *sinopse estatística*, que passou a detalhar informações por município, e, ainda, o desenvolvimento de *painéis* que permitem a avaliação e o cruzamento das principais estatísticas do Censo Escolar até o nível municipal, expandindo as possibilidades de desagregação de estatísticas e de indicadores. Os *microdados* da pesquisa permitem o detalhamento das diversas informações coletadas no nível da escola e passam por atualizações sistemáticas, visando potencializar seu uso.

³ Utilizam-se informações do *portal Medidor Educação Conectada* (Brasil. MEC, [s. d.]).

1

RESULTADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2024

Esta publicação está dividida em seções que apresentam os resultados da pesquisa para as estatísticas de matrículas, docentes, escolas e gestores. Em todas elas, são apresentadas informações que tangem às diferenças entre as redes de ensino e as escolas urbanas e rurais, além daquelas relativas a alunos incluídos, formação dos docentes e outros indicadores educacionais.

1.1 MATRÍCULA

Nesta subseção, são destacadas as informações de matrículas da educação básica. Apresentam-se, primeiramente, uma visão geral das matrículas no Brasil com dados de 2020 a 2024 e, em seguida, os resultados por etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e educação especial.

1.1.1 VISÃO GERAL

HISTÓRICO

No ano de 2024, registraram-se 47,1 milhões de matrículas nas 179,3 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 216 mil matrículas a menos em comparação com o ano de 2023, o que corresponde a uma queda de 0,5% no total (Gráfico 1). Essa leve queda é reflexo do recuo de 0,8% observado no último ano na matrícula da rede pública, que passou de 37,9 milhões em 2023 para 37,6 milhões em 2024 e que não foi compensado pelo aumento na rede privada, que passou de 9,4 milhões para 9,5 milhões de matrículas.

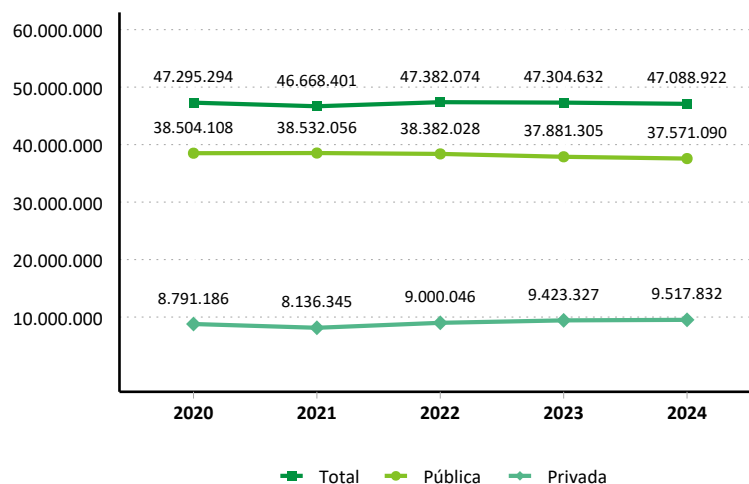


GRÁFICO 1

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Ao avaliar a distribuição das matrículas por dependência administrativa, percebe-se maior dominância da rede municipal, que detém 49,1% das matrículas na educação básica, 0,2 ponto percentual (p.p.) a menos do que em 2023. A rede estadual, responsável por 29,8% das matrículas da educação básica em 2024, é a segunda maior. A rede privada conta com 20,2% e a federal tem uma participação inferior a 1% do total de matrículas. A rede privada apresentou um crescimento de 0,3 p.p. em 2024 se comparado a 2023 (Gráfico 2).

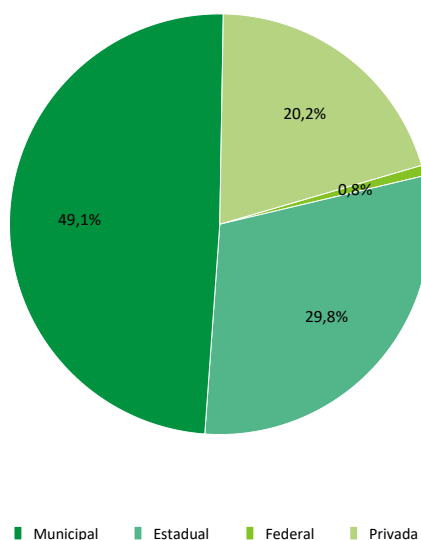


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

As matrículas da educação básica são encontradas majoritariamente na área urbana (89%). Na rede privada, 99% das matrículas estão em escolas urbanas. Em relação à rede pública, a municipal é a que apresenta a maior proporção de matrículas em escolas rurais (18,1%), seguida da federal, com 13,1% (Gráfico 3).

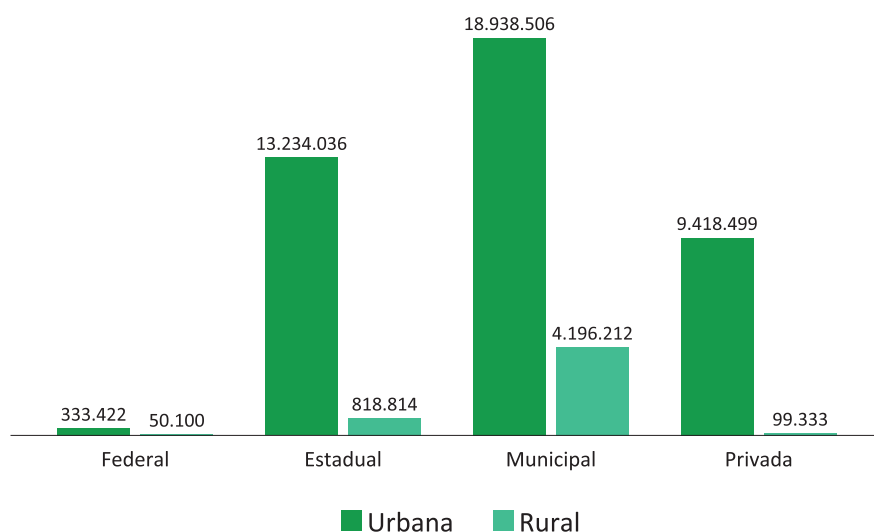


GRÁFICO 3

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Quando avaliado o percentual de matrículas com distorção idade-série⁴ em classes comuns (não exclusivas de alunos com deficiência), nota-se uma elevação a partir do 2º ano até o 8º ano do ensino fundamental e depois, novamente, na 1ª série do ensino médio. A distorção idade-série alcança 15,7% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental e 17,8% das matrículas do ensino médio. Além disso, a proporção de alunos do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é maior do que a do sexo feminino em todas as etapas de ensino. A maior diferença entre os sexos é observada na 1ª série do ensino médio, em que a taxa de distorção idade-série é de 24,1% para o sexo masculino e de 16,6% para o feminino (Gráfico 4).

⁴ Considera-se em situação de distorção idade-série todos os alunos que tinham idade superior à recomendada para a série frequentada ao longo de todo o ano letivo, ou seja, todos os que completaram idade superior à recomendada antes do início do ano letivo avaliado. No Brasil, a idade de 6 anos é considerada ideal para o ingresso no 1º ano do ensino fundamental. Dessa forma, um aluno que curse o 1º ano do ensino fundamental e que, em qualquer momento do ano letivo, tenha 6 anos será classificado no grupo com idade adequada, mesmo que complete 7 anos ao longo do ano letivo. Entretanto, se esse aluno já inicia o ano letivo com 7 anos de idade, ele será classificado no grupo daqueles com distorção idade-série.

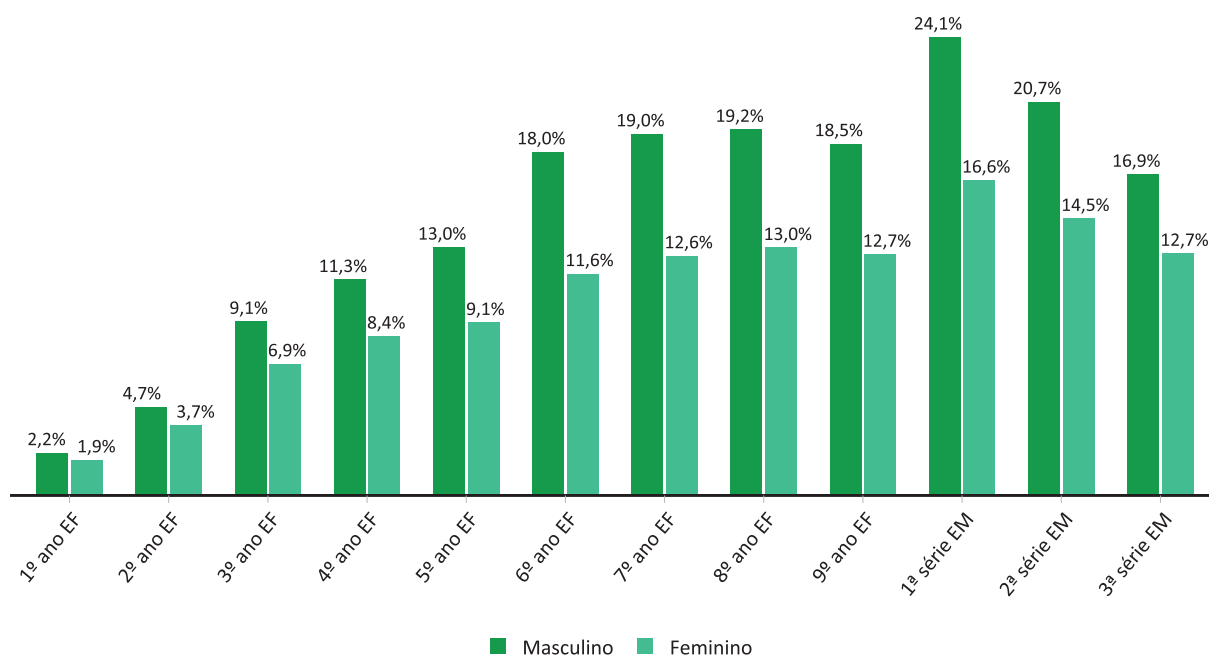


GRÁFICO 4

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, POR ETAPAS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

As taxas de rendimento – aprovação, reprovação e abandono – impactam o atraso escolar, mensurado aqui pela taxa de distorção idade-série, e, obviamente, o tempo que os alunos permanecem na educação básica. O Gráfico 5 apresenta a evolução das taxas de aprovação dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio de 2019 a 2023. Tais taxas tiveram maior elevação entre 2019 e 2020 por conta de ajustes realizados pelas escolas perante a pandemia de covid-19. Posteriormente, verifica-se uma queda de 8,4 p.p. no ensino médio, de 5,7 p.p. nos anos finais do ensino fundamental e de 2,5 p.p. nos anos iniciais entre 2020 e 2022. As reduções observadas em 2021 e 2022 estão relacionadas ao arrefecimento da pandemia, com retorno das taxas aos patamares observados no período pré-pandemia. O ano de 2023 marca a retomada da tendência de crescimento das taxas de aprovação observadas no período anterior à pandemia.

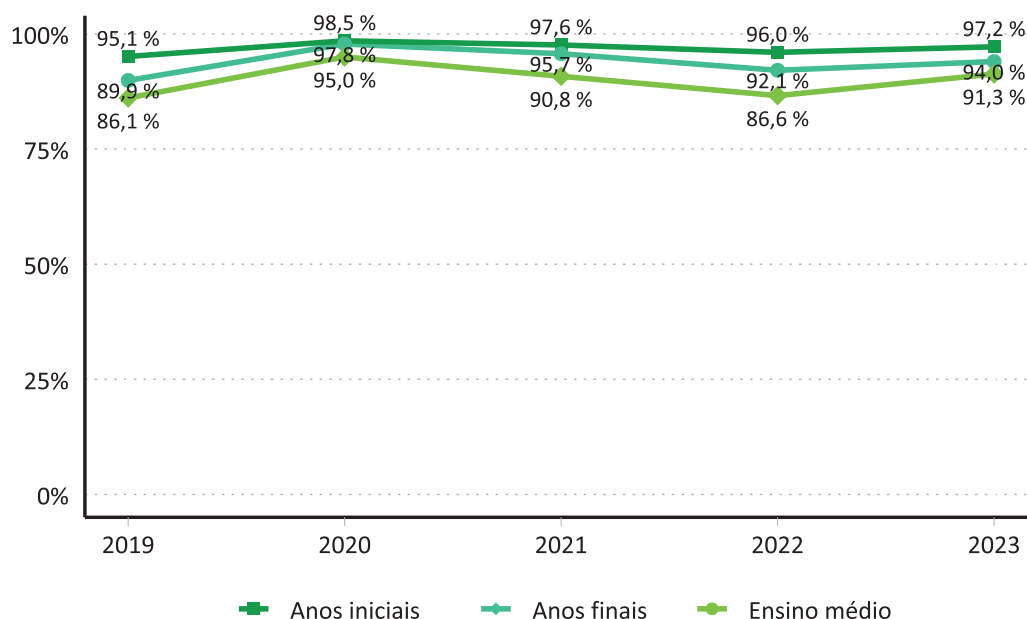


GRÁFICO 5

TAXA DE APROVAÇÃO SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos de 2020 e 2021, por conta da pandemia, as escolas adotaram uma série de ajustes no planejamento curricular alinhados às recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O principal ajuste foi a adoção de um *continuum* curricular, conforme sugerido na Resolução CNE/CP nº 2/2020, para os anos 2020 e 2021, que envolveu o replanejamento do currículo e do calendário escolar de forma a assegurar a inclusão de eventuais objetivos não cumpridos em 2020 no ano letivo de 2021.

A resolução também sugeriu que avaliações e exames de conclusão do ano letivo de 2020 levassem em conta os conteúdos curriculares efetivamente oferecidos aos estudantes, com revisão dos critérios adotados nos processos de avaliação com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e do abandono escolar, que acabariam impondo uma nova penalidade aos estudantes além da própria pandemia. O documento apresenta ainda diversas recomendações que visavam orientar as redes de ensino no enfrentamento das dificuldades, de modo a reduzir os impactos da suspensão das atividades presenciais ocasionada pela crise sanitária global.

Em agosto de 2021, complementarmente, o CNE instituiu, por meio da Resolução CNE/CP nº 2/2021, as diretrizes nacionais orientadoras para a implementação do retorno às atividades presenciais de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.

COR/RAÇA

Em 2024, verifica-se uma mudança na distribuição dos alunos por cor/raça da etapa de creche, que, pela primeira vez, apresenta uma maior proporção de pretos e pardos (50,6%). Apesar de a mudança ser positiva, já que se aproxima da distribuição observada em etapas que possuem acesso universalizado (como é o caso do ensino fundamental), o perfil dos alunos da creche ainda difere daquele observado na pré-escola e no ensino fundamental, indicando acesso desigual por cor/raça na creche. Observa-se o maior percentual de pretos e pardos na EJA, representando 76,8% dos alunos. A ausência da informação de cor/raça apresentou queda relevante no último ano, passando de 25,5% em 2023 para 19,1% em 2024, considerando todas as etapas da educação básica (Gráfico 6).

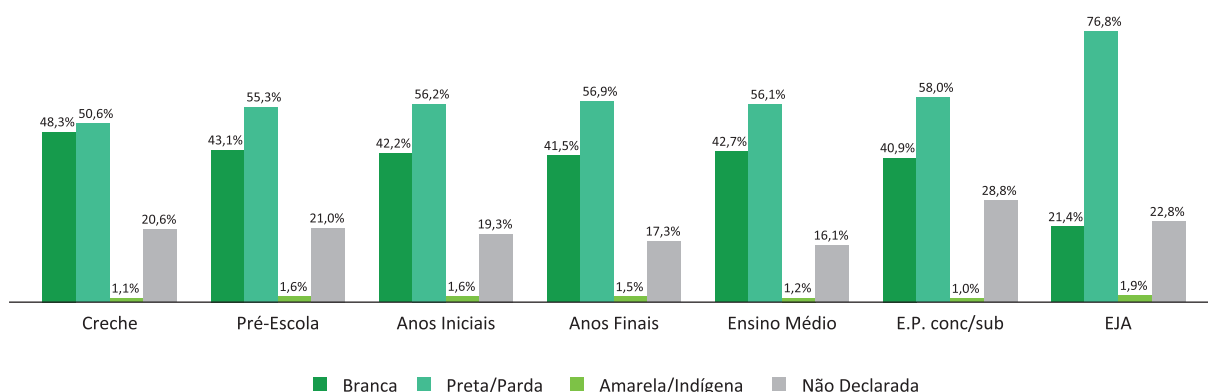


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS, POR ETAPA DE ENSINO, SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Notas: 1) Os percentuais das categorias “Branca”, “Preta/Parda” e “Amarela/Indígena” somam 100% dos que declararam cor/raça;

2) O percentual de cor/raça “Não declarada” é apresentado em relação ao total de matrículas de cada etapa.

1.1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

HISTÓRICO

Percebe-se, no Gráfico 7, um movimento de queda da matrícula da educação infantil entre 2020 e 2021 – que ocorreu principalmente na rede privada – e de posterior recuperação nos anos seguintes, com crescimento de 0,3% no último ano. Esse crescimento teve contribuição da rede privada, com aumento de 0,8% no último ano (altas de 1,2% na creche e 0,4% na pré-escola), enquanto a rede pública apresentou aumento de 0,1% (alta de 1,8% na creche e queda de 0,9% na pré-escola).

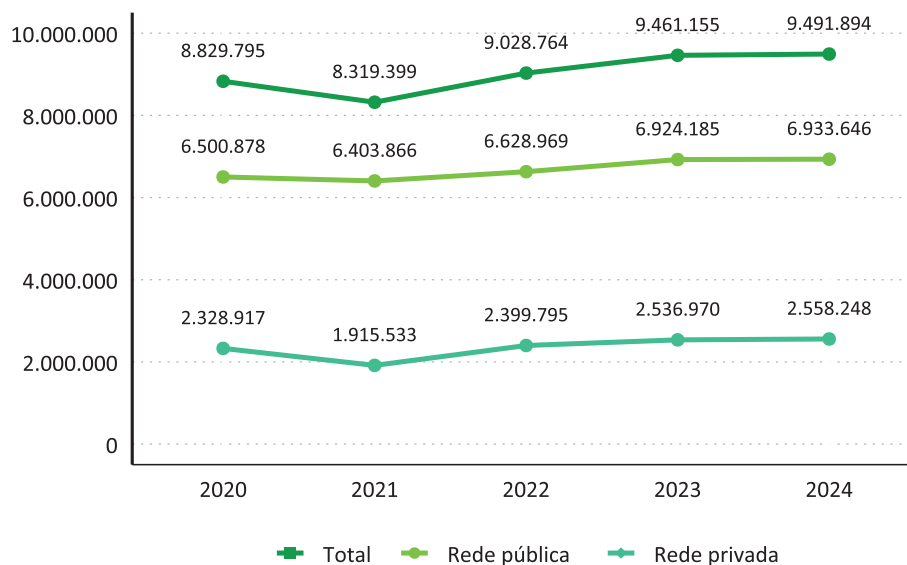


GRÁFICO 7

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO A REDE DE ENSINO - BRASIL - 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

As redes municipal e privada apresentam a maior participação na educação infantil, com 72,4% e 27% das matrículas em 2024, respectivamente. Do total de matrículas da rede privada, 36,3% estão em instituições conveniadas com o poder público. A participação da rede privada subiu de 26,9% para 27% entre 2023 e 2024 (Gráfico 8).

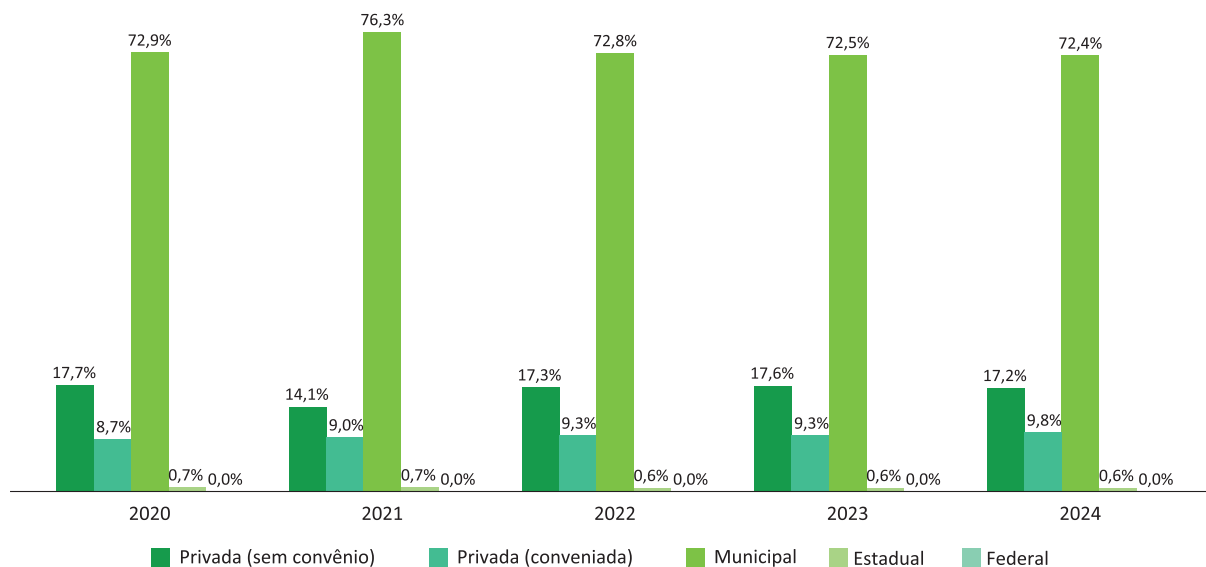


GRÁFICO 8

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) - BRASIL - 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Em relação à localização, observa-se que 11% das matrículas da educação infantil estão em escolas da zona rural e que 96,6% das matrículas dessa zona são atendidas pela rede pública. Na pré-escola, 13,2% das matrículas estão em escolas rurais, enquanto, na creche, o valor alcança 8,2% das matrículas (Gráfico 9).

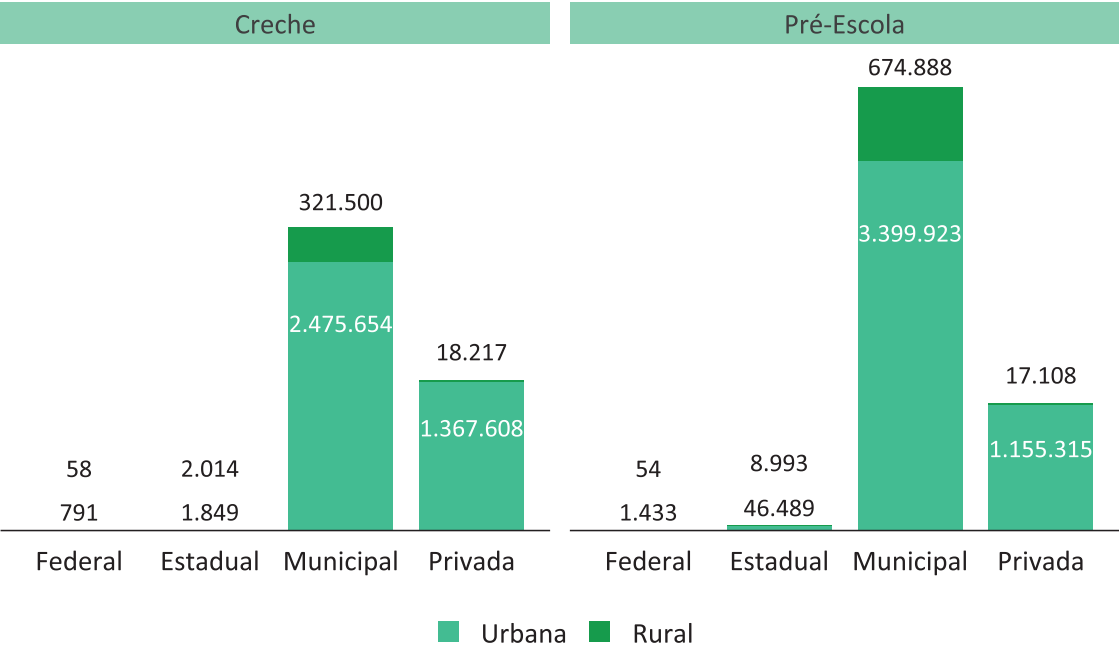


GRÁFICO 9

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA - BRASIL - 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

TEMPO INTEGRAL

O percentual de matrículas em tempo integral na creche em 2024 foi de 59,5%, apresentando um crescimento de 1,6 p.p. em relação a 2023. Já na pré-escola, o percentual se elevou gradativamente de 2020 a 2024, passando de 11,6% para 15,8% (Gráfico 10).

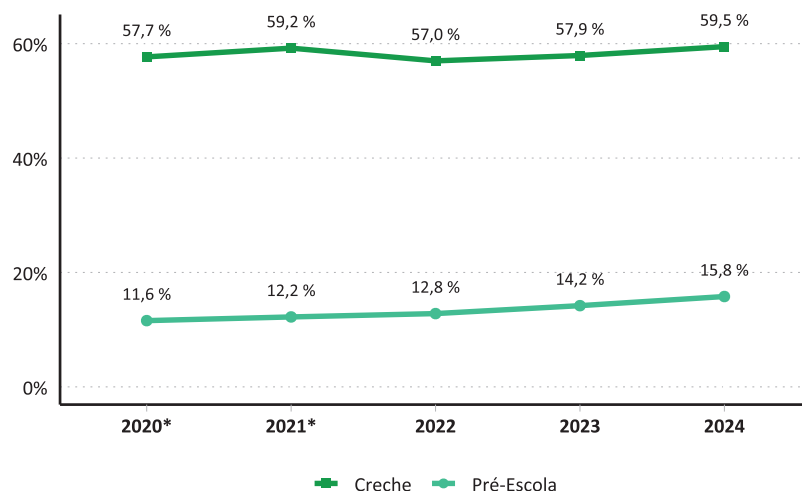


GRÁFICO 10

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Notas: *É importante observar que os dados de tempo integral do período de 2020 a 2021 refletem o planejamento da escola e não podem ser considerados como absolutos, já que a carga horária efetiva foi consideravelmente afetada pela dinâmica de fechamento e reabertura das escolas no período de pandemia e pós-pandemia.

**Como citado na Introdução, a metodologia de cálculo do tempo integral passou por ajustes.

1.1.3 ENSINO FUNDAMENTAL

HISTÓRICO

Em 2024, foram registradas 26,0 milhões de matrículas no ensino fundamental, valor 2,7% menor do que o verificado para 2020. Nos últimos cinco anos, essa redução foi mais acentuada nos anos finais (3,6%) do que nos anos iniciais do ensino fundamental (2%) (Gráfico 11).

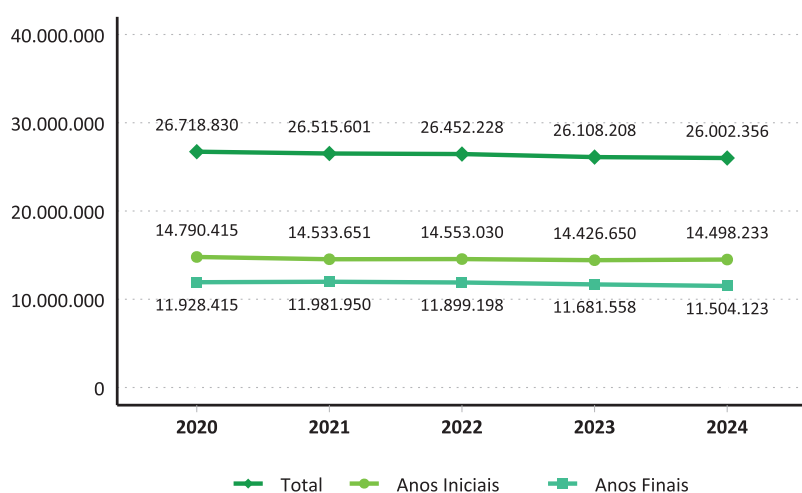


GRÁFICO 11

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a rede municipal apresenta a maior participação, com 69,7% das matrículas em 2024, seguida pelas redes privada (19,6%) e estadual (10,6%). O percentual de matrículas da rede municipal teve um leve aumento (1,6 p.p.) entre 2020 e 2024. Enquanto isso, observou-se uma redução de 2,2 p.p. nas matrículas da rede estadual. Já a participação da rede privada variou de 19% para 19,6% entre 2020 e 2024 (Gráfico 12).

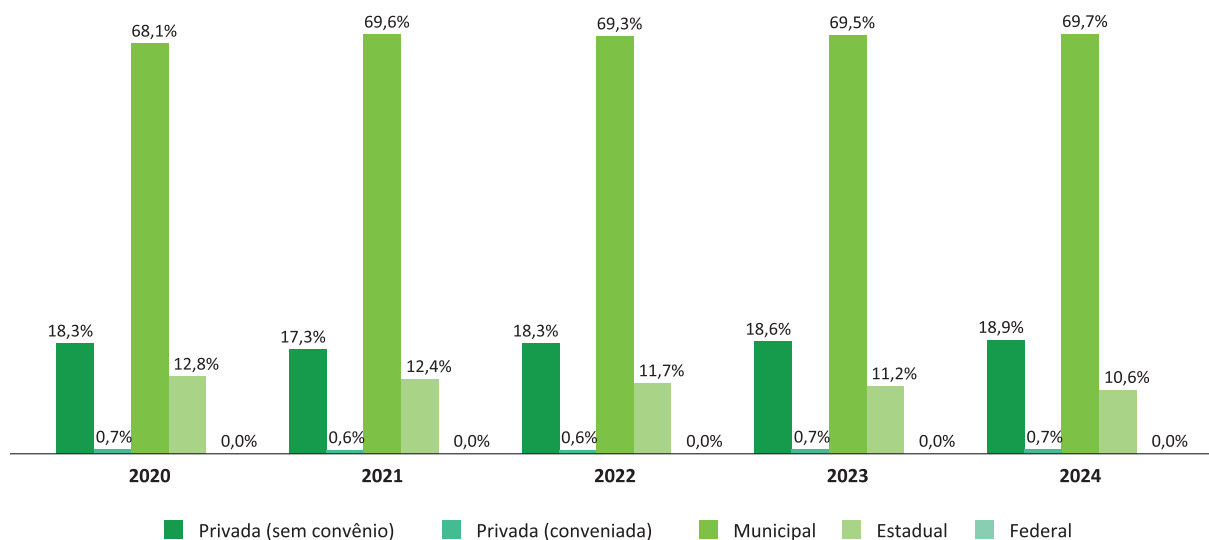


GRÁFICO 12

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, a rede municipal representa 43,6% das matrículas em 2024, seguida pelas redes estadual (39,3%) e privada (16,9%). O percentual de matrículas da rede municipal aumentou 0,6 p.p. entre 2020 e 2024. Enquanto isso, observou-se uma redução de 2,1 p.p. no número de matrículas da rede estadual, que historicamente já foi superior ao da rede municipal. Já a participação da rede privada cresceu 1,5 p.p. entre 2020 e 2024 (Gráfico 13).

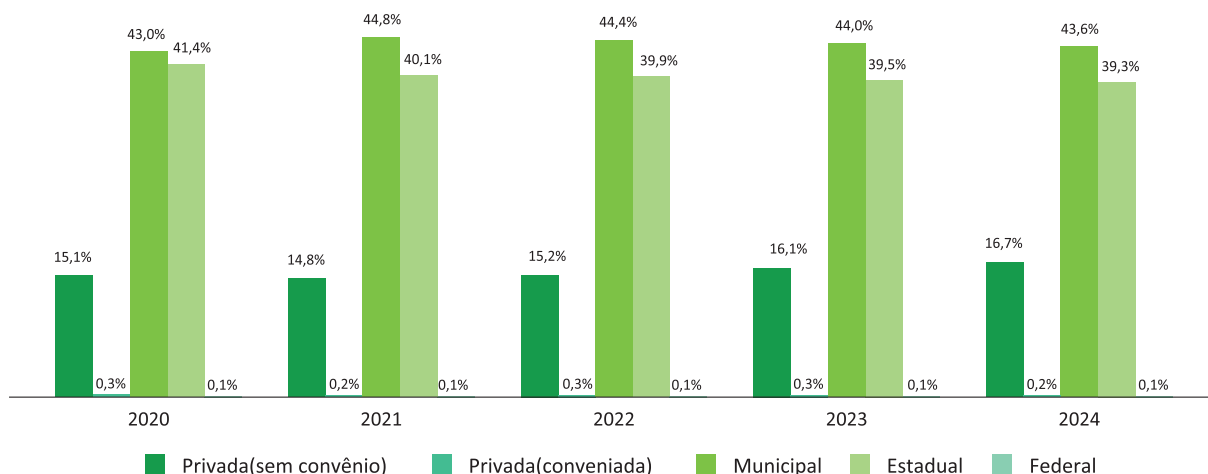


GRÁFICO 13

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) - BRASIL - 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Ao avaliar como o número de matrículas do ensino fundamental está distribuído em relação à localização da escola, nota-se que 87,8% estão em escolas urbanas. Além disso, 98,7% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública.

Proporcionalmente, existe um maior número de matrículas na zona rural nos anos iniciais (13,2%) do que nos anos finais (10,9%), conforme dados do Gráfico 14.

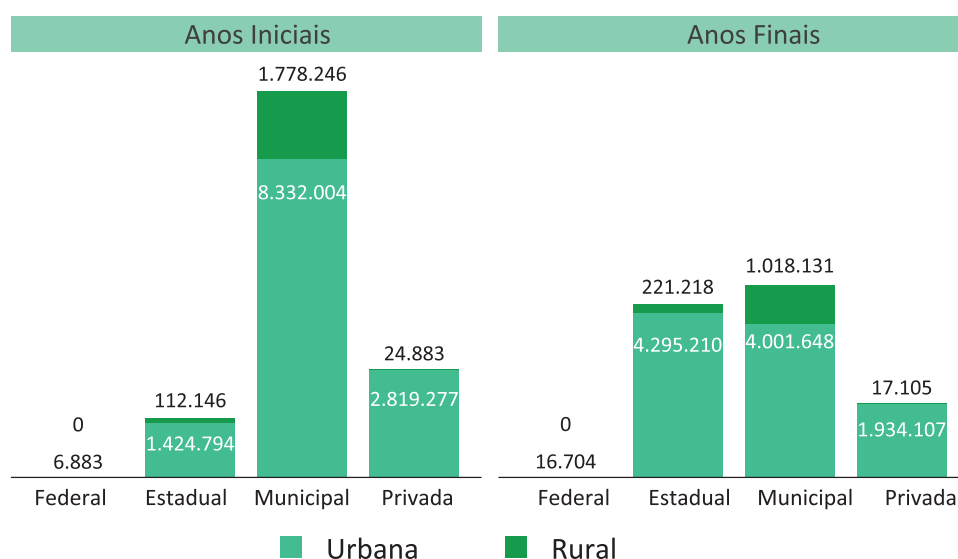


GRÁFICO 14

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA - BRASIL - 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A distorção idade-série do ensino fundamental da rede pública teve queda no último ano, passando de 13,3% em 2023 para 12,4% em 2024 (nos anos iniciais, passou de 8,2% para 7,8% e, nos anos finais, de 19,3% para 17,9%). Nessa etapa, as maiores taxas de distorção da rede pública são encontradas para o 7º, o 8º e o 9º anos, com 18,1%, 18,5% e 17,7%, respectivamente. Ainda na rede pública, os alunos do sexo masculino apresentam taxas de distorção idade-série maiores para todos os anos do ensino fundamental em relação às alunas. A maior discrepância entre alunos e alunas foi observada no 6º ano, com diferença de 7,2 p.p. (Gráfico 15).

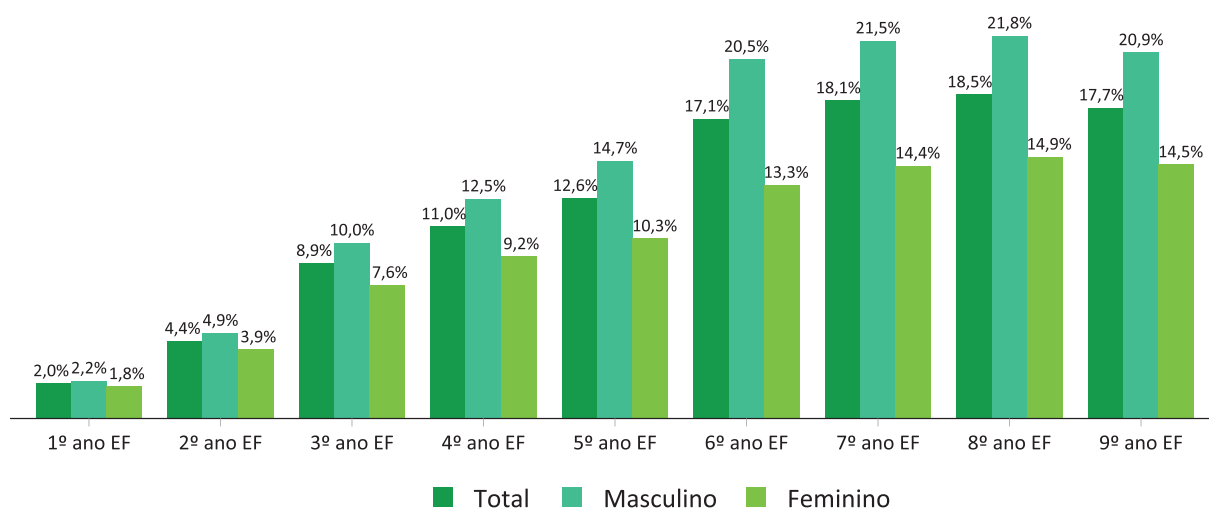


GRÁFICO 15

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PÚBLICA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO O SEXO - BRASIL - 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Pelo fato de a rede privada apresentar historicamente bons índices de aprovação, seu percentual de distorção idade-série é, de modo geral, inferior e menos variável do que a da rede pública. Também diferentemente do observado na rede pública, as maiores taxas de distorção são encontradas para o 4º, o 6º e o 9º anos, sendo iguais a 5,5%, 5% e 5%, respectivamente. Por outro lado, assim como na rede pública, os alunos do sexo masculino matriculados na rede privada apresentam maiores taxas de distorção idade-série para todos os anos do ensino fundamental em comparação com as alunas. As maiores discrepâncias são observadas no 8º e 9º anos, com diferença de 2,0 e 2,5 p.p., respectivamente (Gráfico 16).

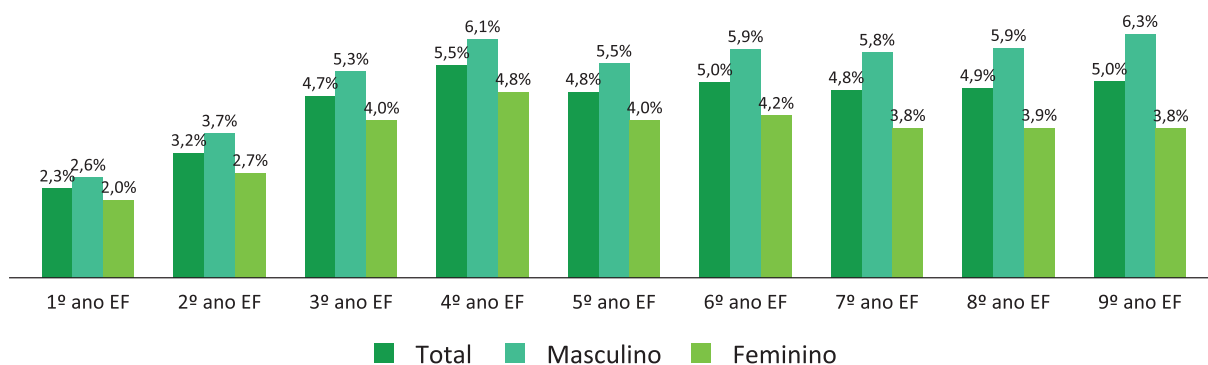


GRÁFICO 16

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PRIVADA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

TEMPO INTEGRAL

Em 2024, 16,2% dos matriculados no ensino fundamental apresentaram tempo de permanência na escola ou em atividades escolares igual ou superior a 35 horas semanais (ou, de maneira equivalente, igual ou superior à média de sete horas diárias, considerando cinco dias de atividade na semana), caracterizando-os como alunos de tempo integral. A proporção de matrículas de tempo integral na rede pública passou de 9,1% para 19,1% entre 2020 e 2024, enquanto, na rede privada, foi de 2,8% a 3,4% no mesmo período (Gráfico 17).

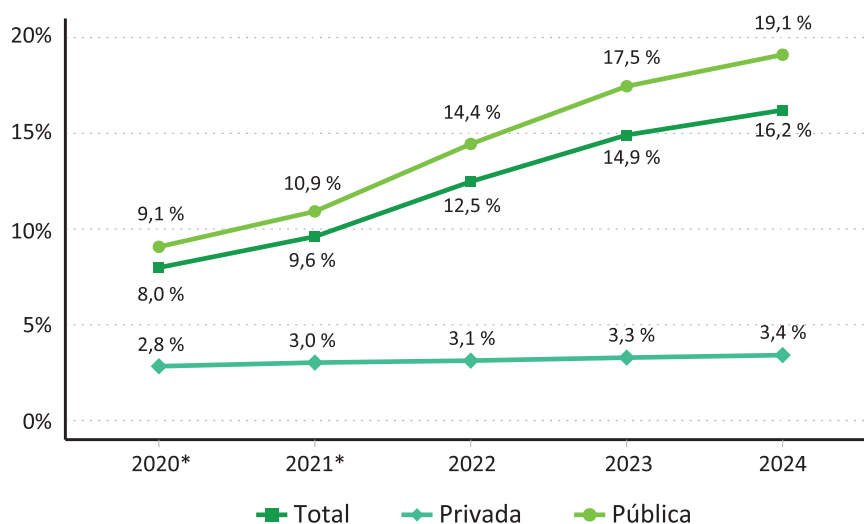


GRÁFICO 17

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Notas: *É importante observar que os dados de tempo integral do período de 2020 a 2021 refletem o planejamento da escola e não podem ser considerados como absolutos, já que a carga horária efetiva foi consideravelmente afetada pela dinâmica de fechamento e reabertura das escolas no período de pandemia e pós-pandemia.

**Como citado na Introdução, a metodologia de cálculo do tempo integral passou por ajustes.

1.1.4 ENSINO MÉDIO

HISTÓRICO

Em 2024, foram registradas 7,8 milhões de matrículas no ensino médio, representando um aumento de 1,5% em relação ao ano anterior; no entanto, é ainda inferior à matrícula observada em 2022. A matrícula integrada à educação profissional cresceu 48,6% nos últimos cinco anos, passando de 688.689 em 2020 para 1.023.294 em 2024 (Gráfico 18).

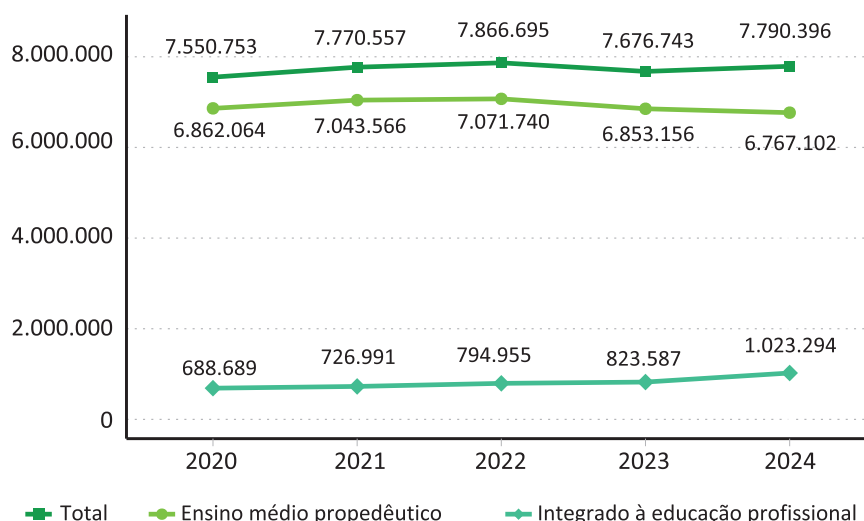


GRÁFICO 18

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (TOTAL, INTEGRADO E NÃO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL) – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A rede estadual possui a maior participação na matrícula do ensino médio, com 83,1%, seguida pela rede privada (13,3%). A rede federal possui 243,6 mil matrículas, o que corresponde a 3,1% do total – uma proporção maior do que nas etapas de educação infantil e ensino fundamental. Os percentuais de matrículas por rede de ensino se mantiveram relativamente estáveis entre 2020 e 2024 (Gráfico 19).

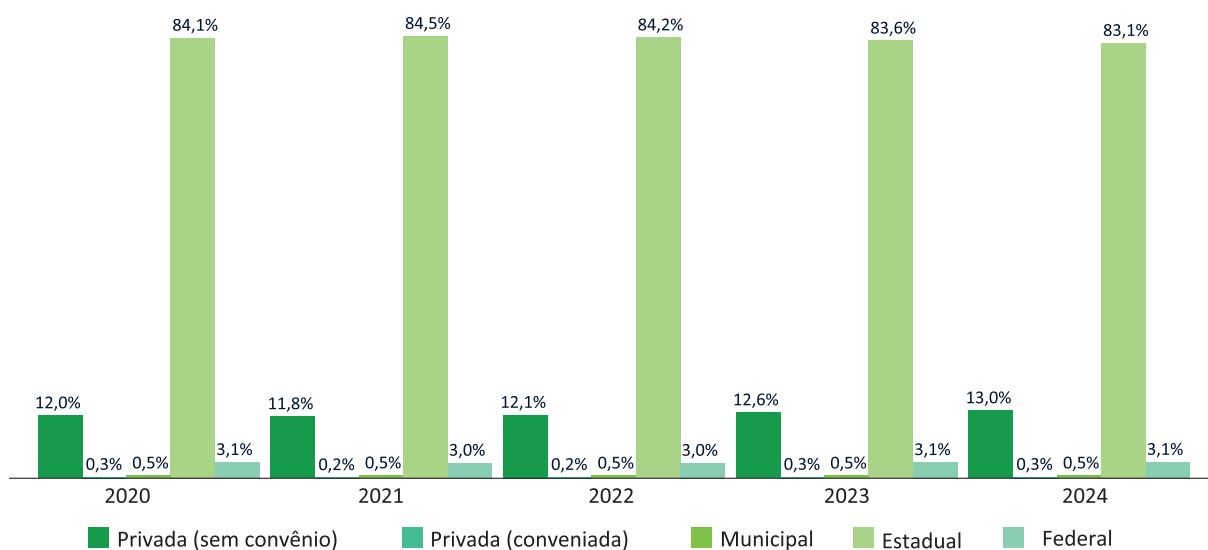


GRÁFICO 19

**PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
(REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) - BRASIL - 2020-2024**

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

A maioria das matrículas do ensino médio (94,5%) está localizada em escolas urbanas. Além disso, 96,1% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. A rede federal é a que apresenta, proporcionalmente, o maior número de matrículas localizadas na zona rural (14,2%), conforme mostra o Gráfico 20.

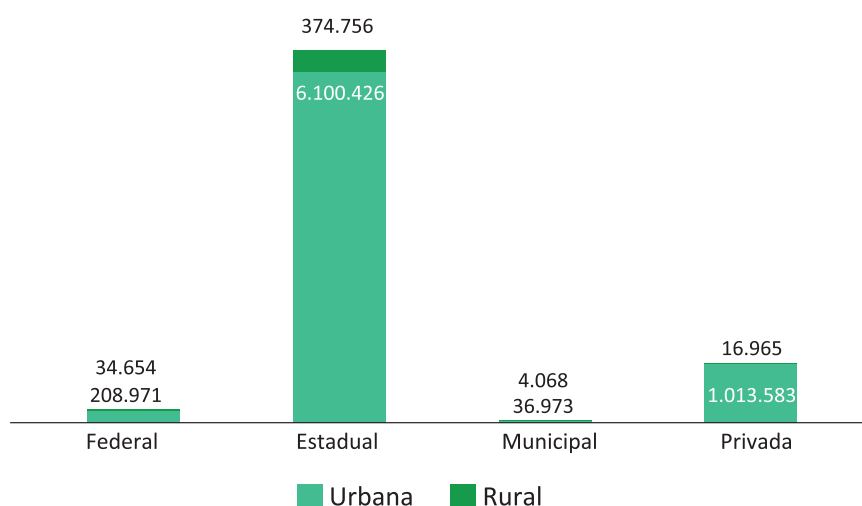


GRÁFICO 20

**NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA - BRASIL - 2024**

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Em 2024, a distorção idade-série do ensino médio foi de 17,8%, valor inferior ao verificado em 2023 (19,5%). As taxas de distorção do ensino médio são mais elevadas na rede pública do que na privada. Na rede pública, considerando as três primeiras séries dessa etapa, a maior distorção é observada para a 1ª série, com taxas de 22,5%. O mesmo comportamento ocorre na rede privada, com taxa de distorção de 6,1% para a 1ª série. Para ambas as redes, os alunos do sexo masculino apresentam taxas de distorção maiores nas três primeiras séries do ensino médio. A maior discrepância entre masculino e feminino nessa taxa pode ser observada na 1ª série da rede pública, com uma diferença de 8,0 p.p. (Gráfico 21).

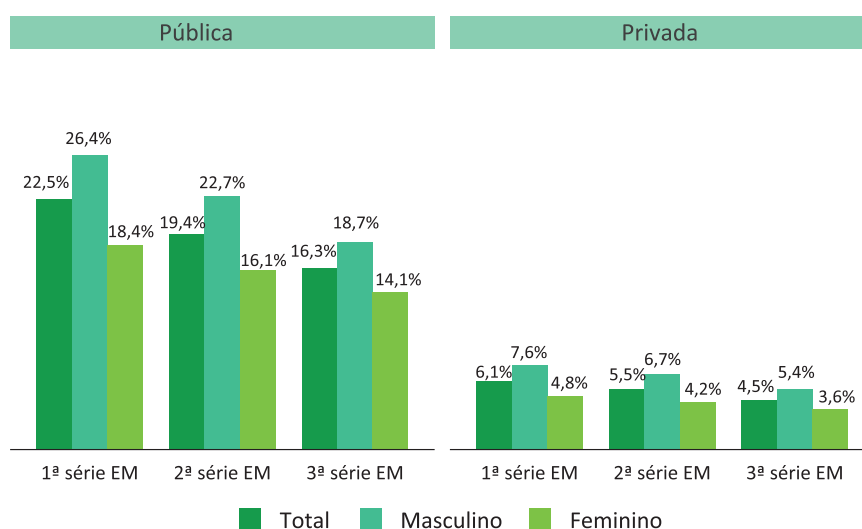


GRÁFICO 21

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DO ENSINO MÉDIO, POR REDE DE ENSINO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

TEMPO INTEGRAL

Em 2024, 22,5% dos matriculados no ensino médio apresentaram tempo de permanência na escola ou em atividades escolares igual ou superior a 35 horas semanais (ou, de maneira equivalente, igual ou superior à média de sete horas diárias, considerando cinco dias de atividade na semana), caracterizando-os como alunos de tempo integral. Em 2020, esse percentual era de 13,2%. A proporção de matrículas de tempo integral é maior na rede pública (24,2%) do que na privada (11,9%). Desde 2020, a proporção de matrículas em tempo integral aumentou 10,1 p.p. na rede pública e 5,2 p.p. na rede privada (Gráfico 22).

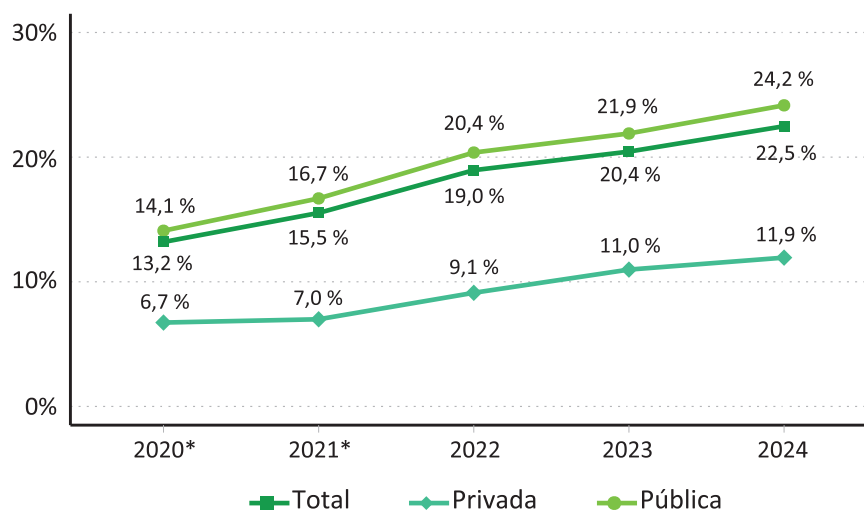


GRÁFICO 22

PROPORÇÃO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Notas: *É importante observar que os dados de tempo integral do período de 2020 a 2021 refletem o planejamento da escola e não podem ser considerados como absolutos, já que a carga horária efetiva foi consideravelmente afetada pela dinâmica de fechamento e reabertura das escolas no período de pandemia e pós-pandemia.

**Como citado na Introdução, a metodologia de cálculo do tempo integral passou por ajustes.

1.1.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

HISTÓRICO

O número de matrículas da educação de jovens e adultos diminuiu 20,4% entre 2020 e 2024, chegando a 2,4 milhões em 2024. A queda no último ano foi de 7,7%, sendo mais intensa no nível fundamental do que no nível médio, que apresentaram redução de 10,2% e 3,7%, respectivamente (Gráfico 23).

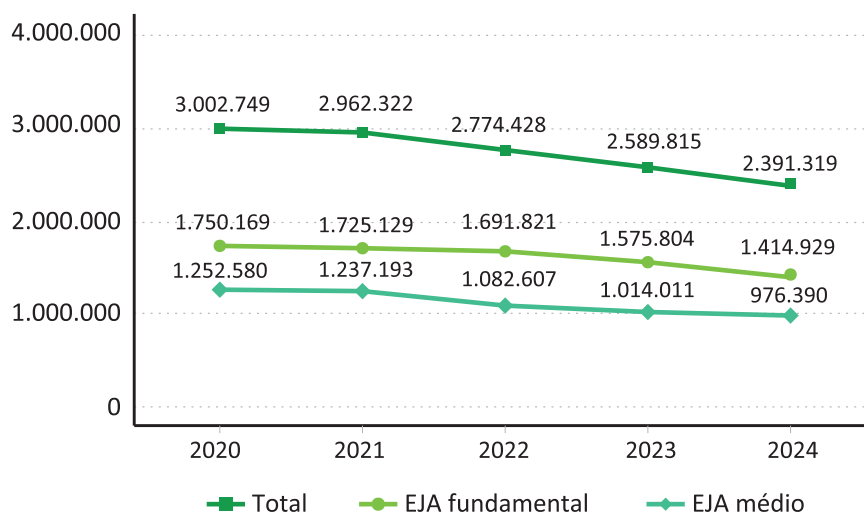


GRÁFICO 23

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Na EJA de nível fundamental, 74,8% das matrículas estão na rede municipal, seguida pela rede estadual e pela rede privada, com 19,8% e 5,4%, respectivamente. Na EJA de nível médio, a rede estadual é responsável por 84,7% das matrículas, seguida da rede privada e da municipal, com 12,5% e 1,8%, respectivamente. A EJA de nível fundamental concentra, proporcionalmente, o maior número de matrículas na zona rural (30,3%), conforme revela o Gráfico 24.

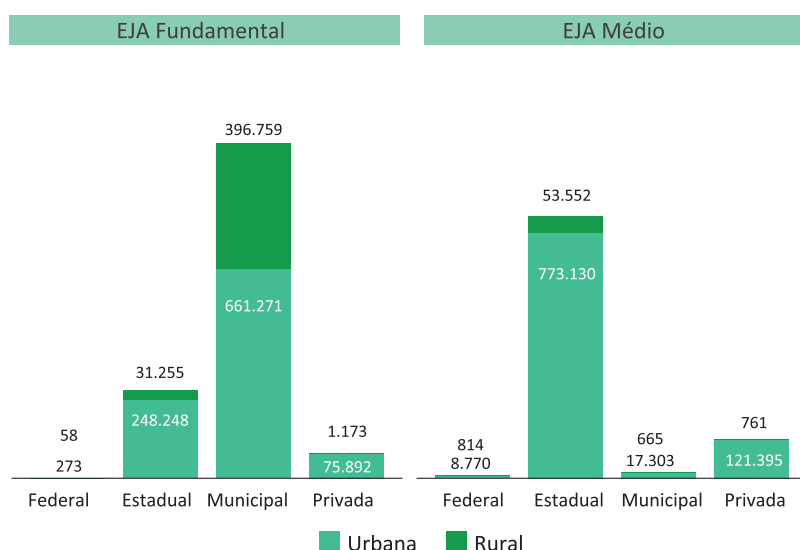


GRÁFICO 24

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

FAIXA ETÁRIA E SEXO

A EJA é composta, predominantemente, por alunos com menos de 40 anos, que representam 63,9% das matrículas. Apenas na faixa etária abaixo dos 20 anos, os alunos do sexo masculino são maioria: 60,3%. Por outro lado, observa-se que as matrículas de estudantes de 20 anos ou mais são majoritariamente do sexo feminino: 56,7% (Gráfico 25).

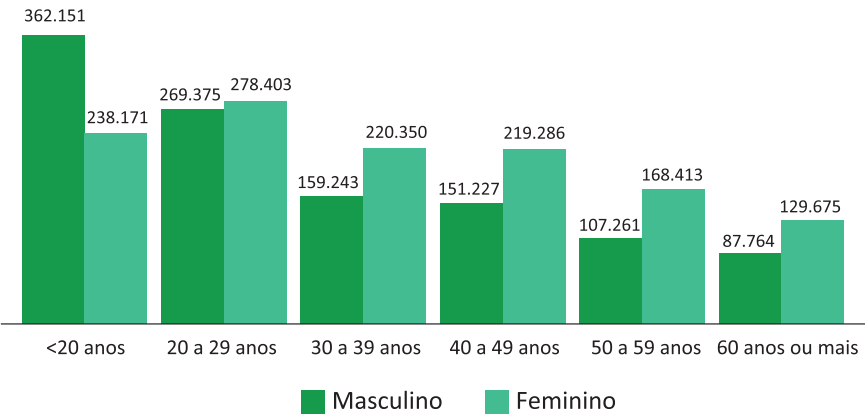


GRÁFICO 25

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

COR/RAÇA

Quanto à cor/raça, percebe-se que os alunos identificados como pretos/pardos representam 79% da EJA de nível fundamental e 73,6% da EJA de nível médio em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada. Os alunos declarados como brancos representam 18,9% da EJA de nível fundamental e 24,9% da EJA de nível médio (Gráfico 26).

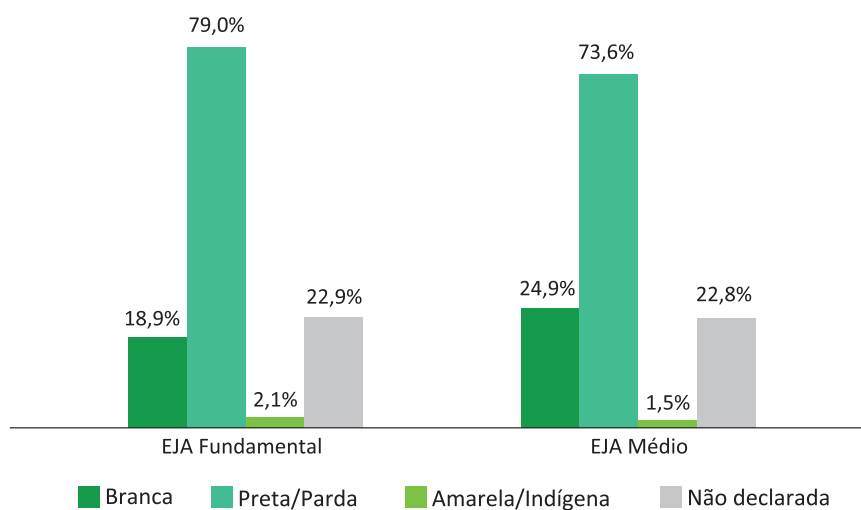


GRÁFICO 26

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.1.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

HISTÓRICO

O número de matrículas da educação profissional chegou a 2,6 milhões em 2024, um aumento de 33,1% em relação a 2020. O maior incremento em relação ao último ano foi observado no curso técnico integrado na modalidade EJA, apresentando um aumento de 53,6%, e a maior redução foi observada na modalidade subsequente, com uma diminuição de 7,9% (Gráfico 27).

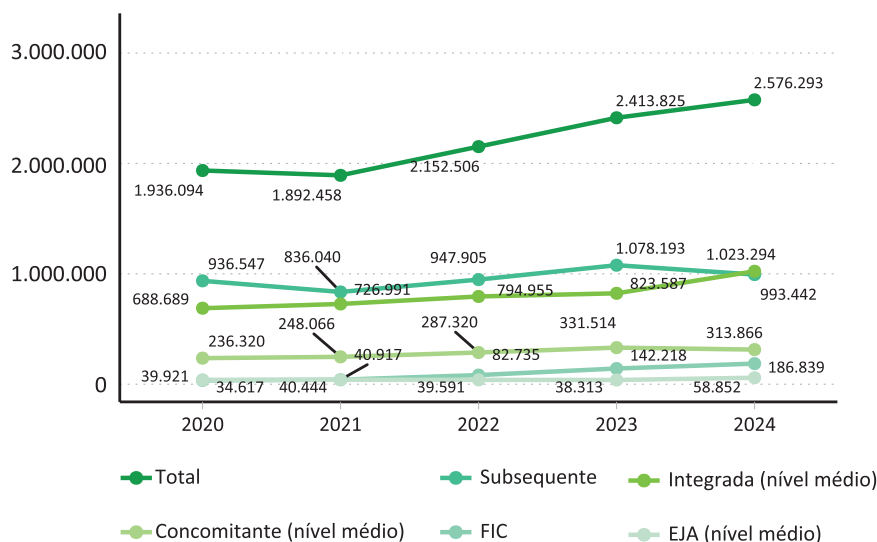


GRÁFICO 27

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: *Formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

As matrículas da educação profissional estão principalmente concentradas na rede estadual, representando 45,3%, seguida das redes privada e federal, com 39% e 13%, respectivamente. De todas as etapas de ensino, a educação profissional é a que detém o maior número de matrículas na rede federal, alcançando 335.557 em 2024. A rede municipal apresenta, proporcionalmente, o maior número de matrículas da educação profissional na zona rural (27,1%), conforme evidencia o Gráfico 28.

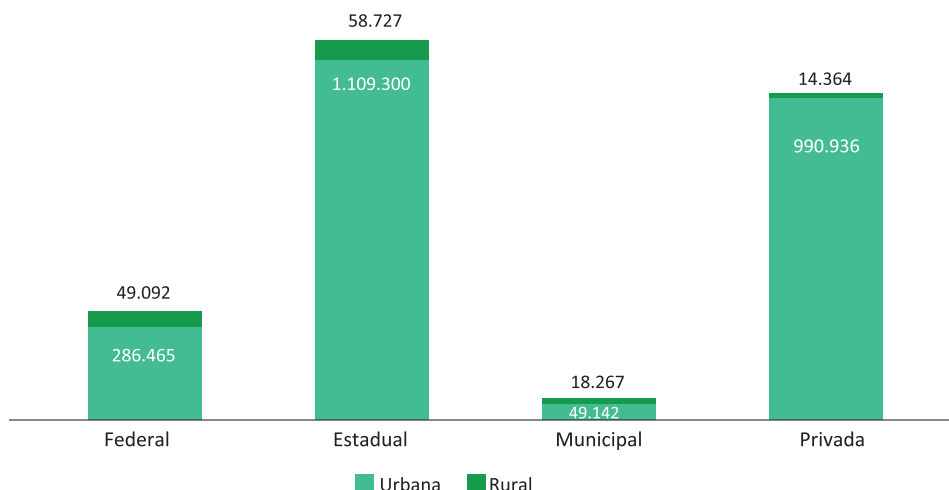


GRÁFICO 28

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

FAIXA ETÁRIA E SEXO

A maior parte dos alunos da educação profissional possuem menos de 20 anos, representando 55,2% das matrículas. Predominam, em todas as faixas etárias dessa etapa, as matrículas de mulheres. A maior diferença na participação do sexo feminino em relação ao masculino está na faixa de 40 a 49 anos, com 63,9% dos alunos sendo do sexo feminino (Gráfico 29).

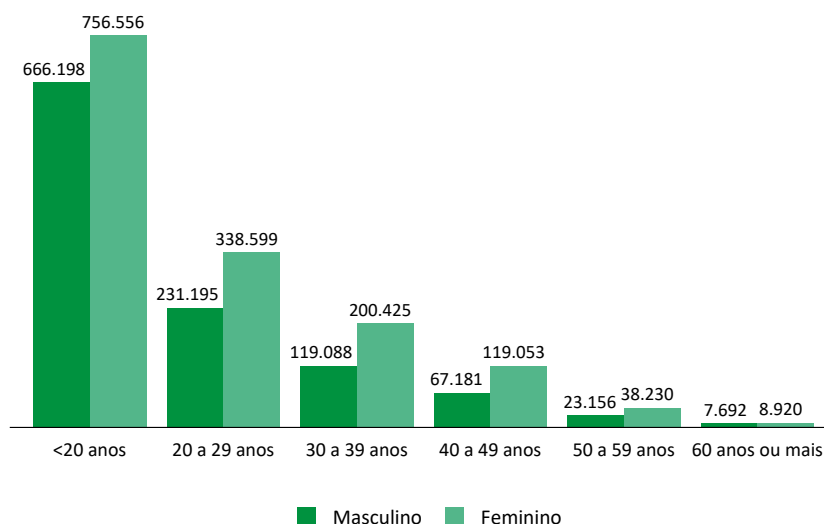


GRÁFICO 29

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO - BRASIL - 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

COR/RAÇA

Na educação profissional, de 2,0 milhões de matrículas com cor/raça declarada, a proporção de brancos e de pretos/pardos é, respectivamente, 41,1% e 57,9%. Quando investigadas as modalidades da educação profissional, percebe-se uma predominância de pretos/pardos na EJA profissional de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (FIC), representando, respectivamente, 87,5% e 76,9% das matrículas. Os alunos declarados como amarelos/indígenas configuram apenas 1% do total de matrículas (Gráfico 30).

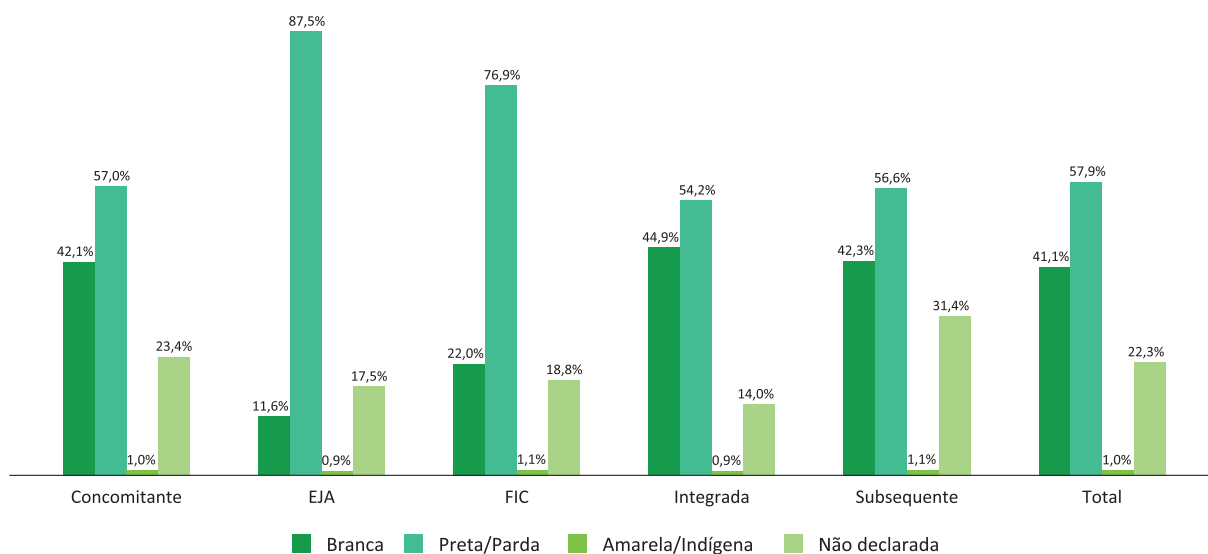


GRÁFICO 30

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.1.7 EDUCAÇÃO ESPECIAL

HISTÓRICO

O número de matrículas da educação especial chegou a 2,1 milhões em 2024, um aumento de 58,7% em relação a 2020. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 61,9% dessas matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2020 e 2024, percebe-se que, na educação infantil, houve acréscimo de 252,1% nas matrículas de creche e de 235,1% nas de pré-escola (Gráfico 31).

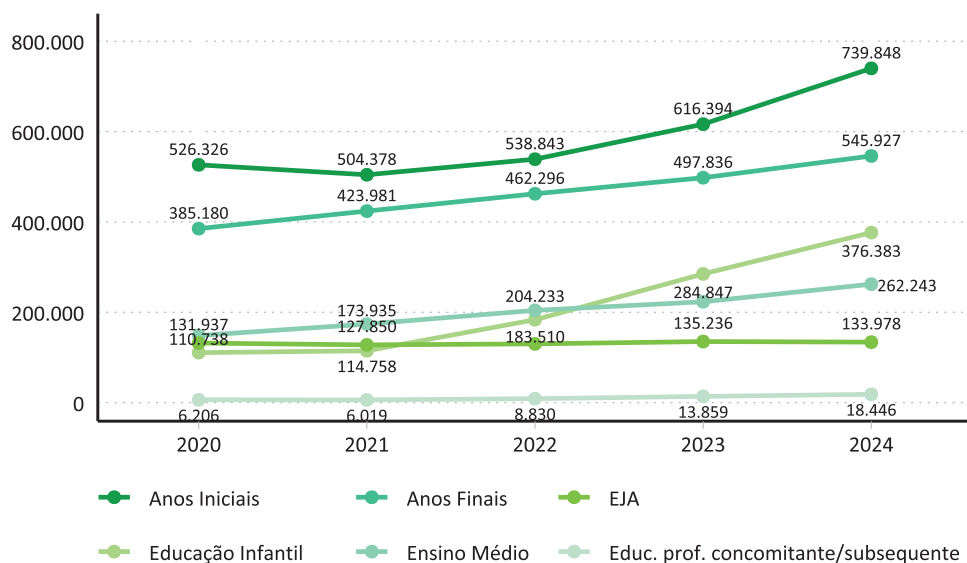


GRÁFICO 31

NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS OU ESPECIAIS EXCLUSIVAS SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

O percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino. Com exceção da EJA, as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns em 2024. A maior proporção de alunos incluídos é observada na educação profissional concomitante/subsequente, com inclusão de 99,8%. O maior aumento na proporção de alunos incluídos, entre 2020 e 2024, ocorreu na educação infantil, um acréscimo de 4,4 p.p. (Gráfico 32).

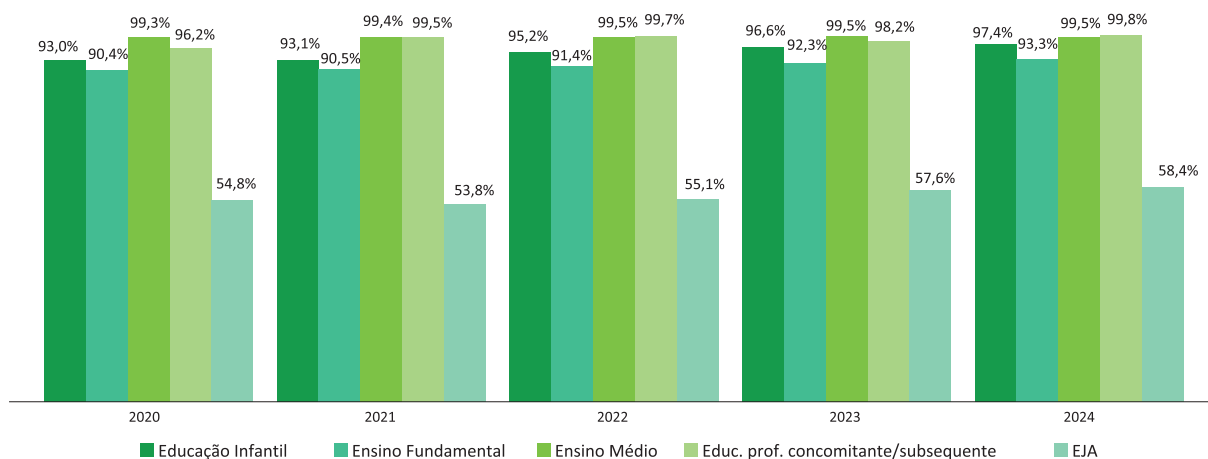


GRÁFICO 32

PERCENTUAL DE ALUNOS MATRICULADOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES QUE ESTÃO INCLUÍDOS EM CLASSES COMUNS SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Destaca-se aqui o Plano Nacional de Educação, cuja Meta 4 se refere à educação especial inclusiva para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Observando o Gráfico 33, verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classes comuns aumentou gradativamente ao longo dos anos. Em 2020, o percentual de alunos incluídos era de 93,2% e passou para 95,7% em 2024. O percentual de alunos incluídos em classes comuns com acesso às turmas de atendimento educacional especializado passou de 37,2% em 2020 para 42,6% em 2024.

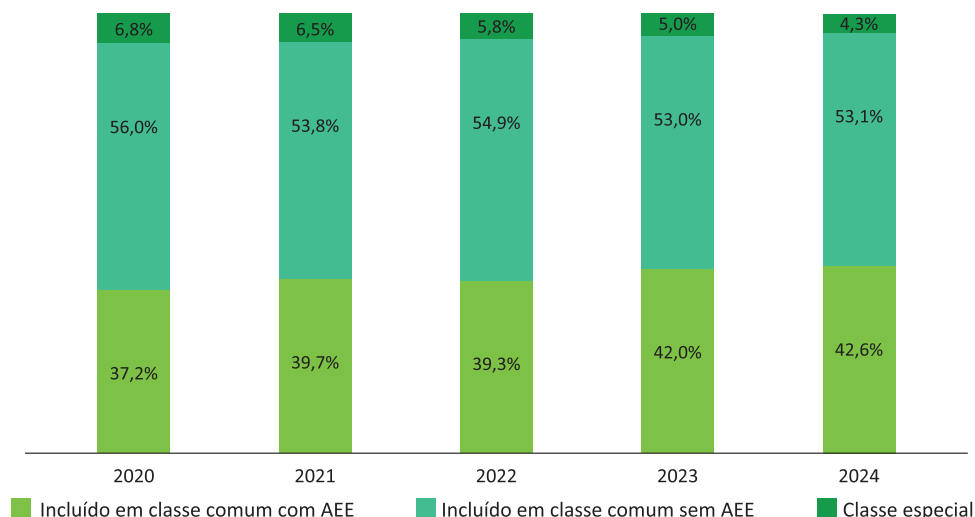


GRÁFICO 33

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO QUE FREQUENTAM CLASSES COMUNS (COM E SEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) OU CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E INCLUSÃO

Ao comparar a oferta de educação inclusiva por dependência administrativa, observa-se que as redes estadual (98,5%) e municipal (97,8%) apresentam os maiores percentuais de alunos incluídos. No entanto, na rede privada, a realidade ainda é diferente: do total de 310.386 matrículas da educação especial, somente 192.328 (62%) estão em classes comuns (Gráfico 34).

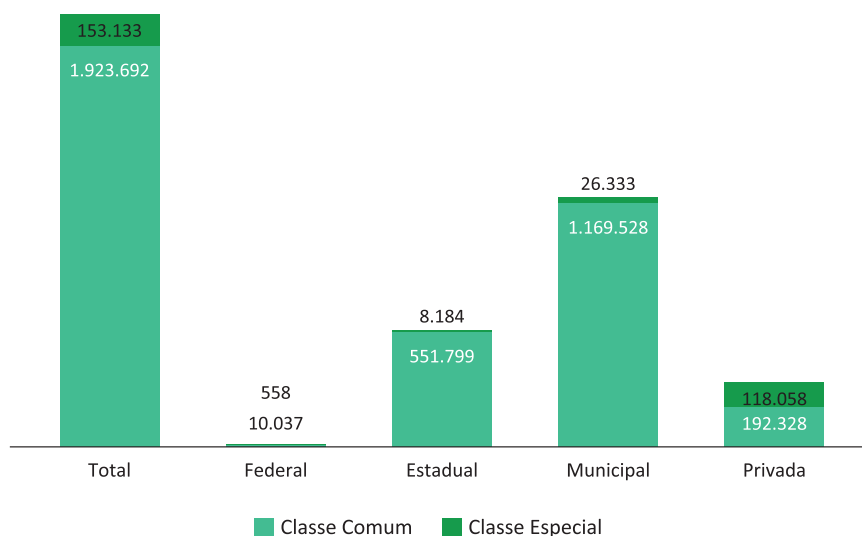


GRÁFICO 34

NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS E EM CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2 DOCENTES

Nesta subseção, são apresentadas as informações sobre os docentes que lecionam na educação básica. Expõe-se, primeiramente, uma visão geral e histórica; em seguida, os resultados agregados por etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Adicionalmente, há um destaque para o Plano Nacional de Educação no que se refere à formação dos docentes da educação básica.

1.2.1 VISÃO GERAL

HISTÓRICO

Em 2024, foram registrados 2.367.777 docentes na educação básica brasileira. A maior parte atua no ensino fundamental (60,4%), etapa em que se encontram 1.431.320 docentes. O número de docentes que atuam na educação infantil cresceu 15,8% entre 2020 e 2024. Observa-se, entre os anos de 2023 e 2024, uma queda de 0,5% no total de docentes nos anos finais do ensino fundamental (Gráfico 35).

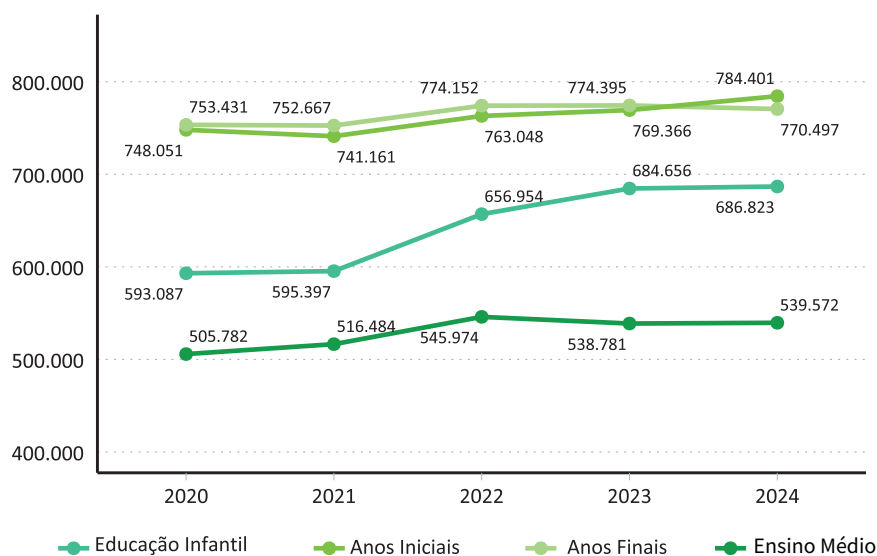


GRÁFICO 35

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO - BRASIL - 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Na educação infantil brasileira, atuam cerca de 687 mil docentes. Trata-se da etapa de ensino com o maior percentual de docentes do sexo feminino, com 96,1% (97,1% na creche e 93,9% na pré-escola). Observa-se maior concentração de docentes nas faixas de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 36).

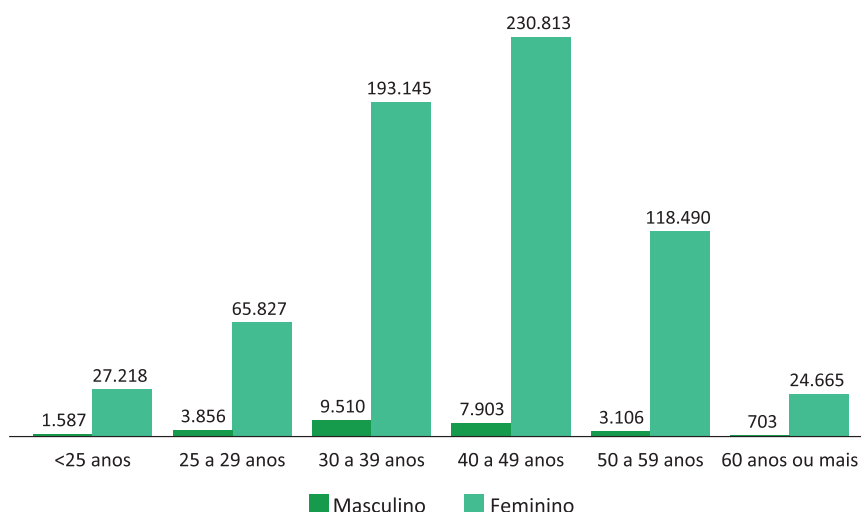


GRÁFICO 36

NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO - BRASIL - 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quando observada a escolaridade, 81,9% possuem nível superior completo (80,7% em grau acadêmico de licenciatura e 1,2%, bacharelado) e 10,6% têm curso de ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 7,6% com nível médio ou inferior. Desde 2020, nota-se um crescimento no percentual de docentes graduados com licenciatura atuando na educação infantil, passando de 76,5% em 2020 para 80,7% em 2024 (Gráfico 37).

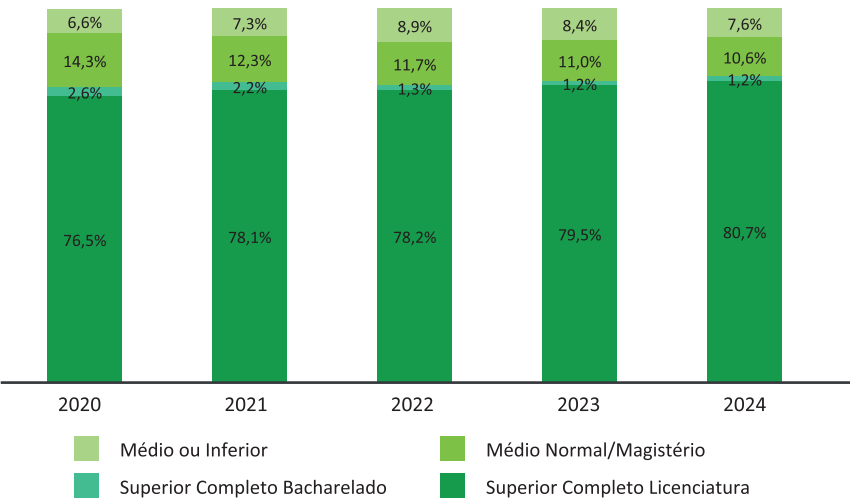


GRÁFICO 37

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2.3 ENSINO FUNDAMENTAL

No ensino fundamental, atuam 1.431.320 docentes, sendo 76,9% do sexo feminino e 23,1% do sexo masculino. Nos anos iniciais, atuam 784.401 docentes, dos quais 87,2% são do sexo feminino e 12,8%, do sexo masculino. As faixas etárias com maior concentração são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 38).

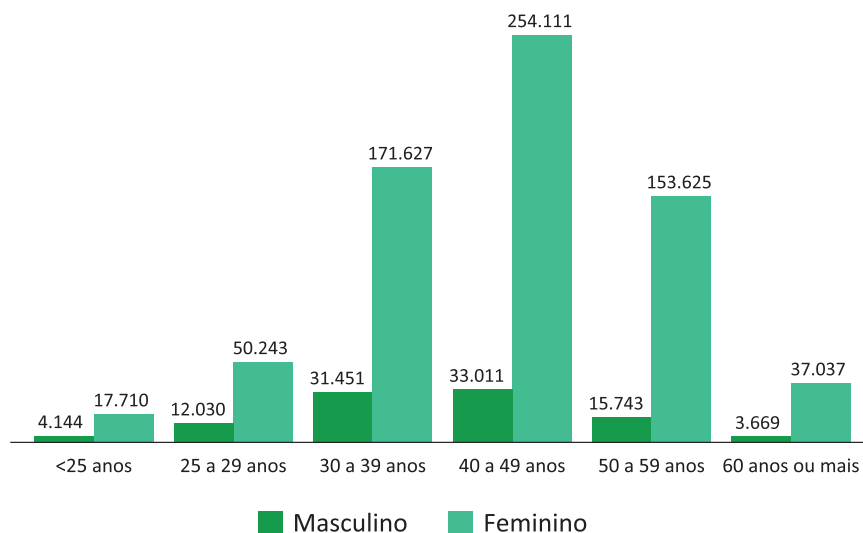


GRÁFICO 38

NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quando observada a escolaridade dos docentes dos anos iniciais, 87,5% têm nível superior completo (86% em grau acadêmico de licenciatura e 1,5%, bacharelado) e 7,4% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 5,2% com nível médio ou inferior (Gráfico 39).

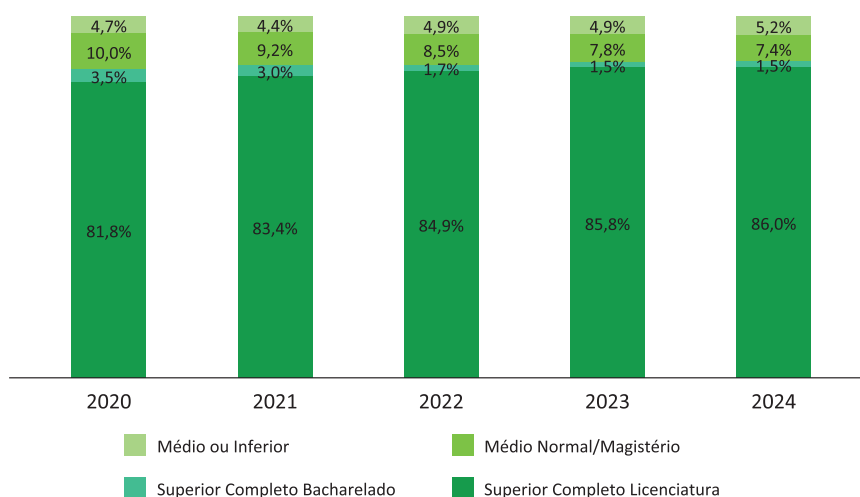


GRÁFICO 39

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Segundo o indicador de adequação da formação docente (Brasil, 2014b), para os anos iniciais do ensino fundamental, o pior resultado é observado para a disciplina de Língua Estrangeira, em que apenas 38,5% das turmas têm aulas ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou equivalente) na mesma

área da disciplina (Grupo 1 do indicador⁵). O melhor resultado desse indicador é verificado para a disciplina de Educação Física, com 84,1% das turmas atendidas por docentes classificados no Grupo 1 (Gráfico 40).

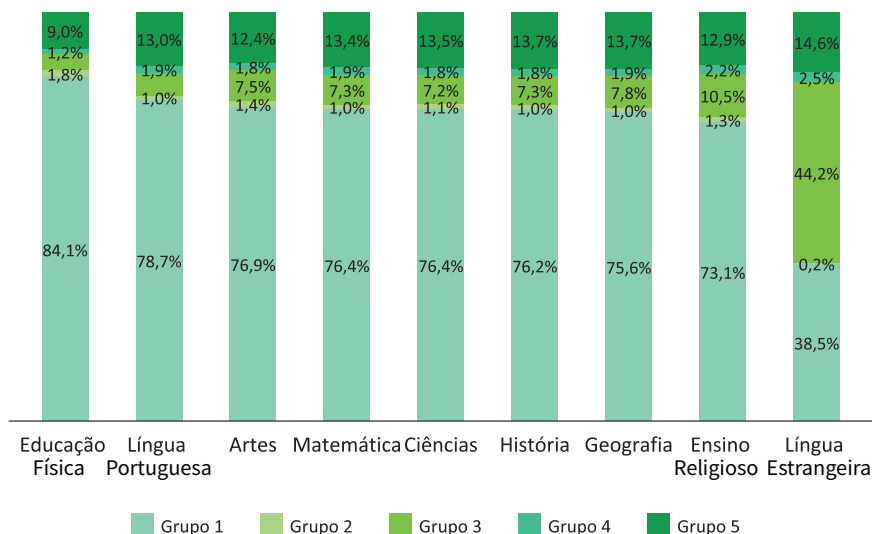


GRÁFICO 40

INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, atuam 770.497 docentes, dos quais 65% são do sexo feminino e 35%, do sexo masculino. As faixas etárias com maior concentração são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 41).

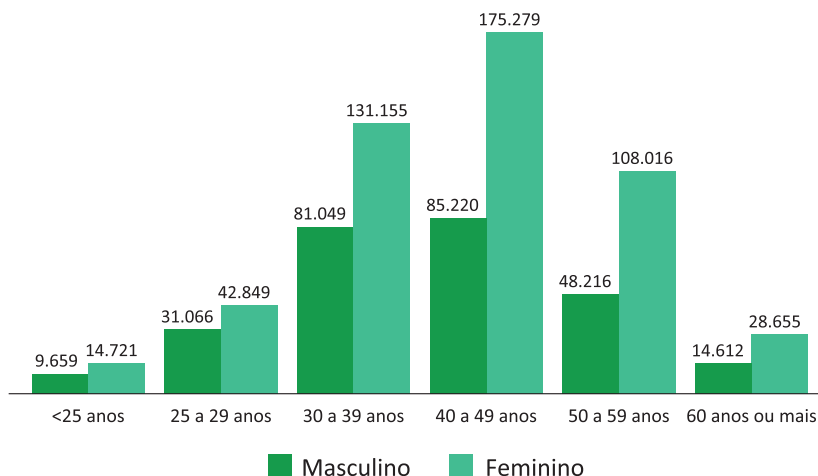


GRÁFICO 41

NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

⁵ Destaca-se que, especificamente nos anos iniciais do ensino fundamental, professores com formação em “Pedagogia – Licenciatura” (ou com complementação pedagógica equivalente) são classificados no Grupo 1 em todas as disciplinas, exceto Língua Estrangeira.

Nos anos finais do ensino fundamental, 91,9% dos docentes possuem nível superior completo (90,1% em grau acadêmico de licenciatura e 1,8%, bacharelado). O percentual de docentes com formação superior em licenciatura aumentou 2,2 p.p. entre 2020 e 2024 (Gráfico 42).

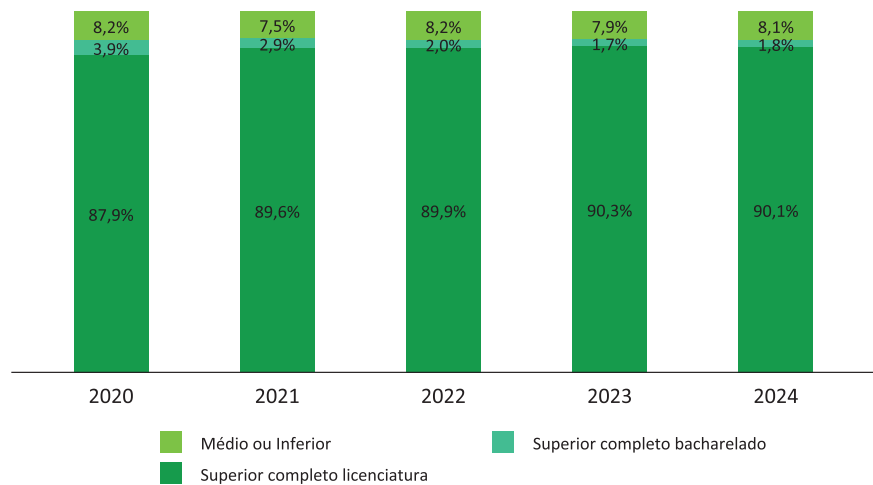


GRÁFICO 42

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Para os anos finais do ensino fundamental, o indicador de adequação da formação docente demonstra que o pior resultado ocorre para a disciplina de Ensino Religioso, em que apenas 12,9% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada (Grupo 1 do indicador). O melhor resultado é verificado para a disciplina de Educação Física, em que 76,5% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada (Grupo 1 do indicador).

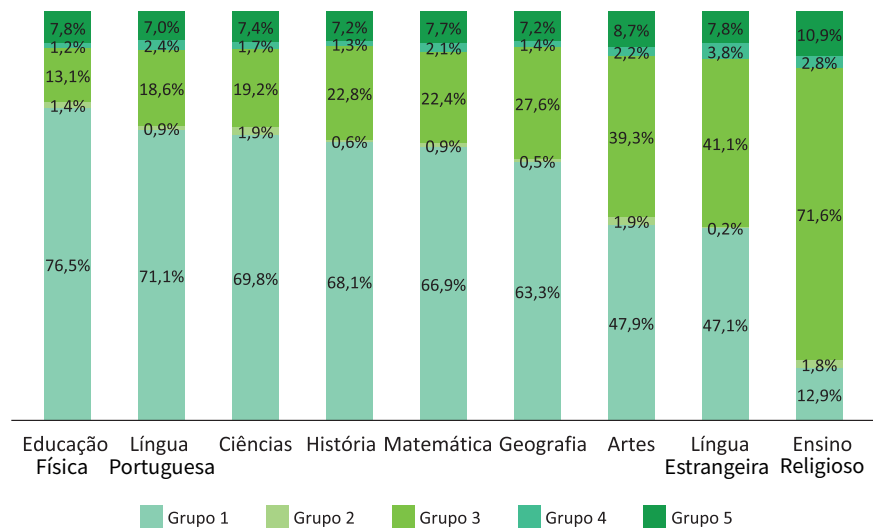


GRÁFICO 43

INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (Grupo 1 do indicador de adequação da formação docente) se reduz consideravelmente quando comparado ao dos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada (Figura 1).

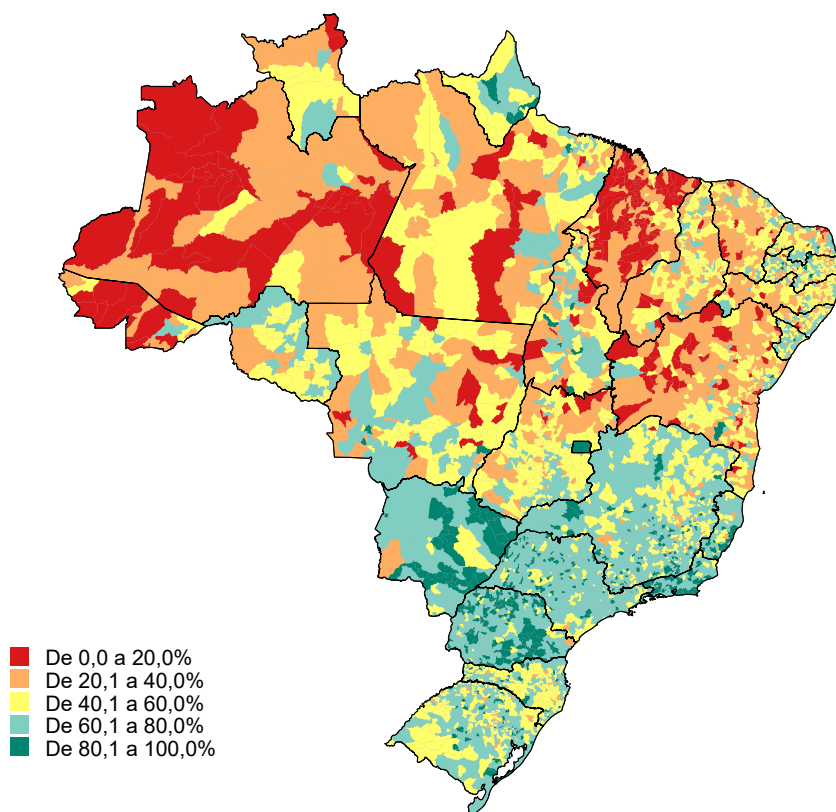


FIGURA 1

**PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA
(GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
SEGUNDO O MUNICÍPIO – BRASIL – 2024**

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2.4 ENSINO MÉDIO

Um total de 539.572 professores atuou no ensino médio em 2024 (56,8% do sexo feminino e 43,2% do sexo masculino). Observando a distribuição dos docentes por idade, verifica-se maior concentração nas faixas de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 44).

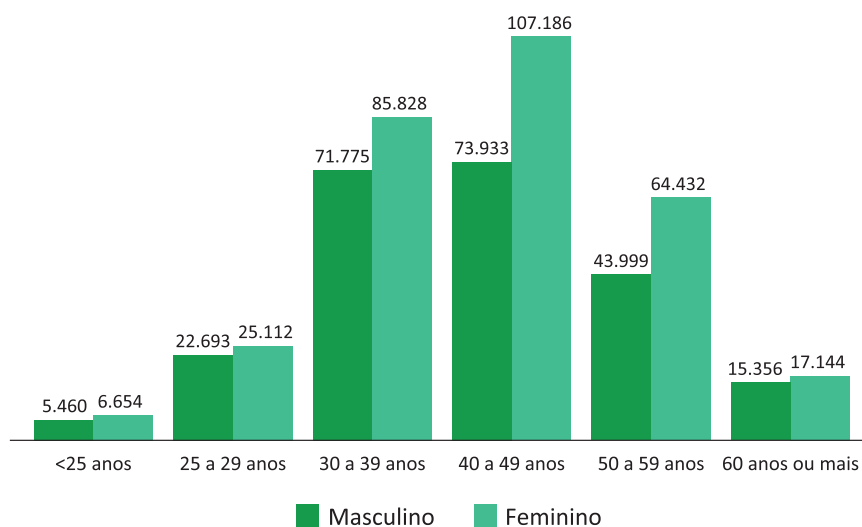


GRÁFICO 44

NÚMERO DE DOCENTES NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO - BRASIL - 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Dos docentes que atuam no ensino médio, 95,9% têm nível superior completo (91,5% em grau acadêmico de licenciatura e 4,4%, bacharelado) e 4,1% possuem formação de nível médio ou inferior (Gráfico 45).

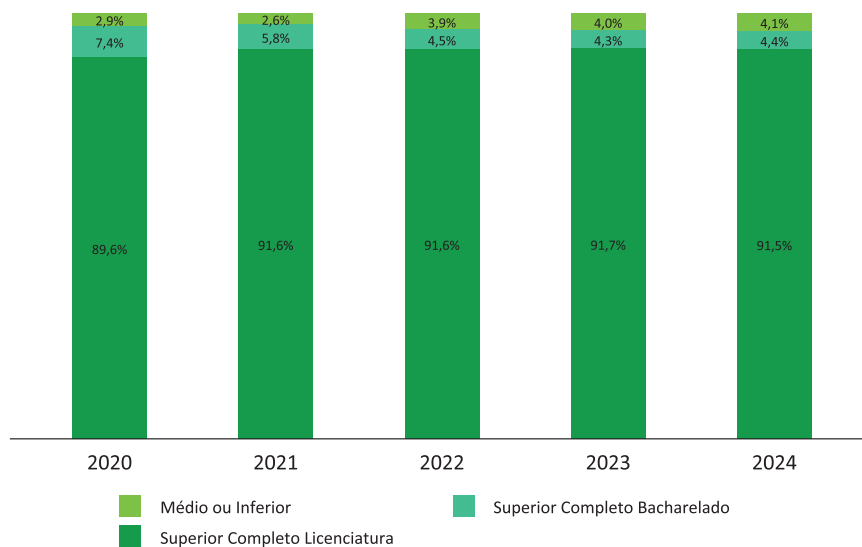


GRÁFICO 45

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DO ENSINO MÉDIO - BRASIL - 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de Sociologia, em que apenas 37,1% das turmas são atendidas por professores com formação adequada (Grupo 1 do indicador). Os melhores resultados do indicador são observados para as disciplinas de Educação Física, Língua Portuguesa, História, Biologia, Matemática e Geografia, com percentuais acima de 75% (Gráfico 46).

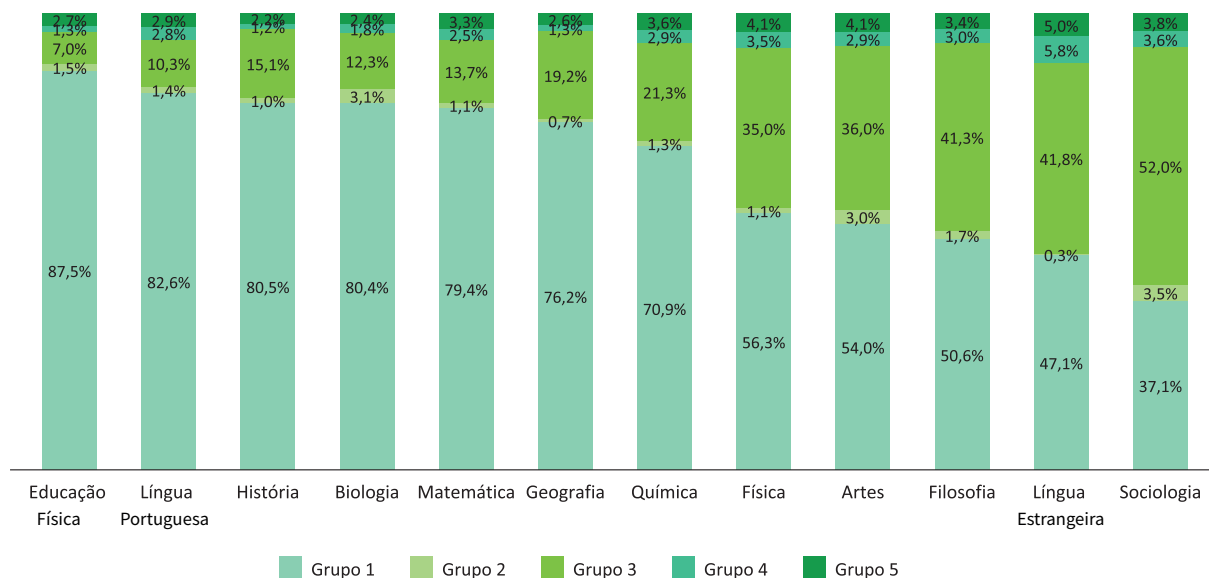


GRÁFICO 46

**INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO MÉDIO SEGUNDO A DISCIPLINA
- BRASIL - 2024**

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Avaliando o percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada (Grupo 1 do indicador) no ensino médio por município (Figura 2), não se identificam padrões claros nas grandes regiões. Considerando os indicadores gerais por unidade da Federação, os cinco maiores percentuais são observados em estados das cinco grandes regiões do País: Amapá (87,9%), Distrito Federal (85,2%), Espírito Santo (82,7%), Paraná (82,7%) e Rio Grande do Norte (80,4%).

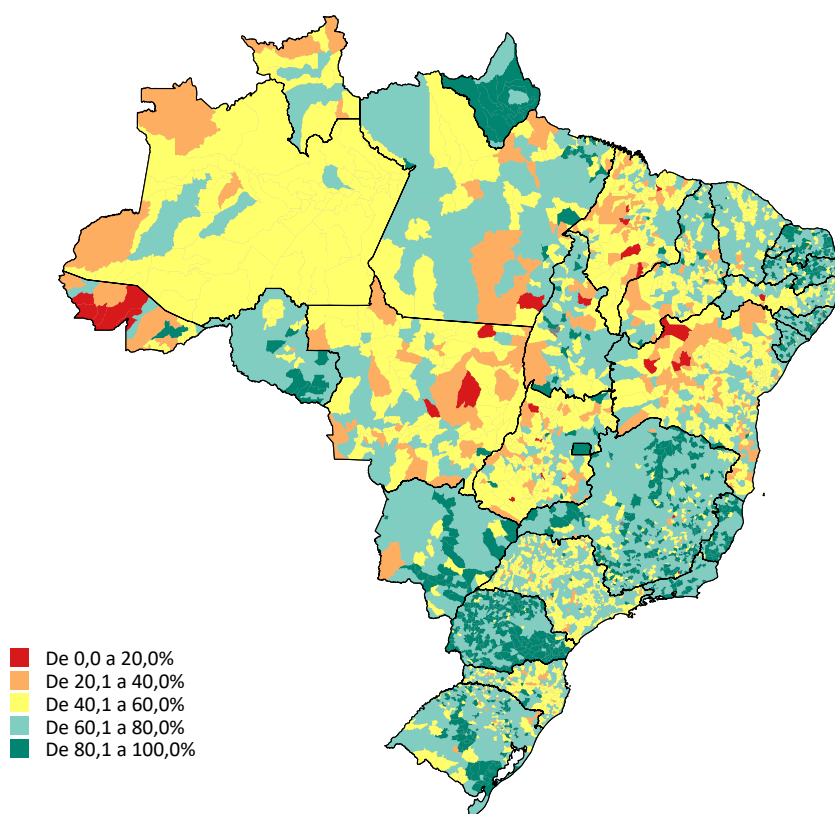


FIGURA 2

**PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA
(GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO O MUNICÍPIO
– BRASIL – 2024**

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2.5 PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Uma das metas destacadas no PNE diz respeito à pós-graduação e à formação continuada dos docentes da educação básica. A Meta 16 busca formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores de educação básica até o último ano de vigência do Plano e garantir a todos os profissionais da educação básica a formação continuada em sua área de atuação, considerando necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Os percentuais de docentes da educação básica com pós-graduação e formação continuada aumentaram ao longo dos últimos cinco anos. O percentual de docentes com pós-graduação subiu de 43,4% em 2020 para 48% em 2024 (Gráfico 47), enquanto o percentual de docentes com formação continuada saiu de 39,9% em 2020 para 42,7% em 2024 (Gráfico 48).

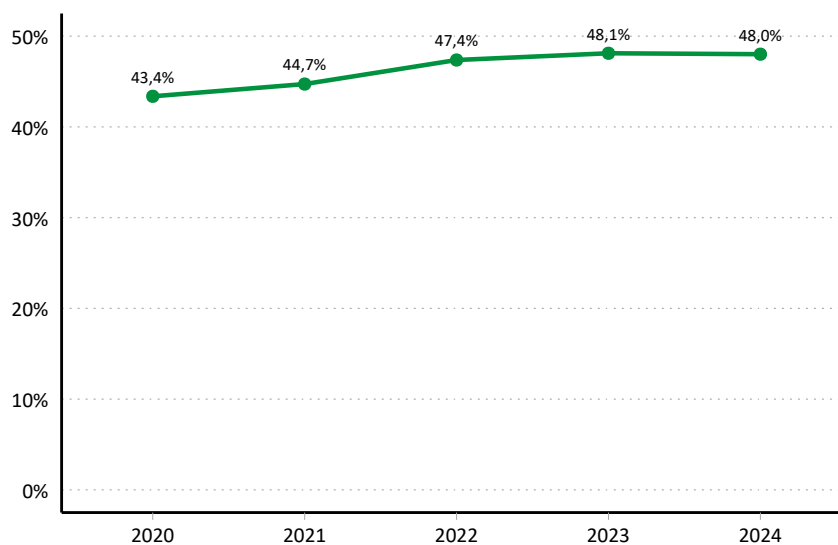


GRÁFICO 47

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* OU *STRICTO SENSU* (INDICADOR 16A – RELATÓRIO DO 5º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

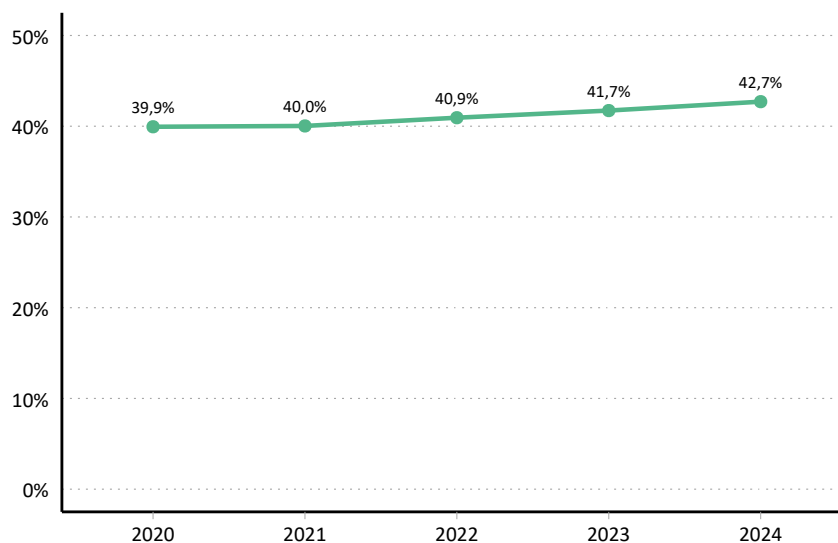


GRÁFICO 48

PERCENTUAL DE DOCENTES COM FORMAÇÃO CONTINUADA (INDICADOR 16B – RELATÓRIO DO 5º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.3 ESCOLAS

Nesta subseção, são destacadas as informações sobre as escolas. Apresenta-se, primeiramente, uma visão geral por dependência administrativa, porte e etapa de ensino. Em seguida, são expostas informações mais específicas de cada etapa de ensino (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) com ênfase na disponibilidade de recursos tecnológicos.

1.3.1 VISÃO GERAL

O Brasil conta, em 2024, com 179.286 escolas de educação básica. A rede municipal é responsável por aproximadamente dois terços desse total (59,6%), seguida da rede privada (23,7%), conforme pode ser observado no Gráfico 49.

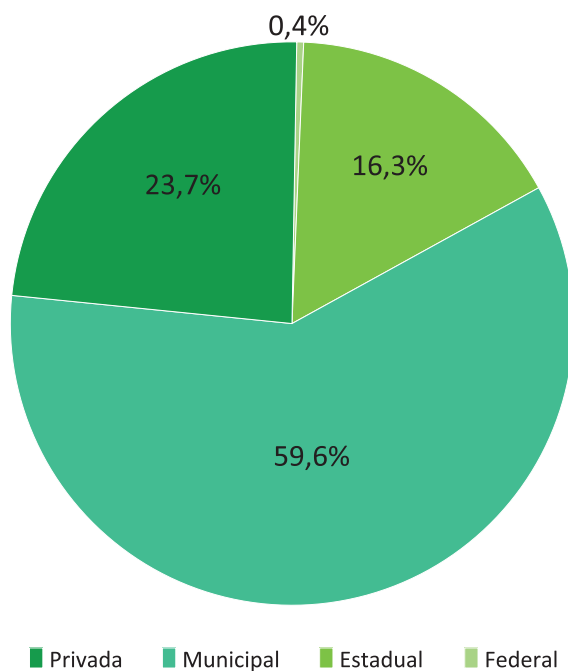


GRÁFICO 49

PERCENTUAL DE ESCOLAS SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

As escolas de pequeno porte (até 50 matrículas) estão concentradas nas regiões Norte (34,8%) e Nordeste (22%), conforme mostra a Figura 3. Os estados com o maior percentual de escolas de pequeno porte são Acre (47,2%), Amazonas (43%) e Roraima (40,9%).

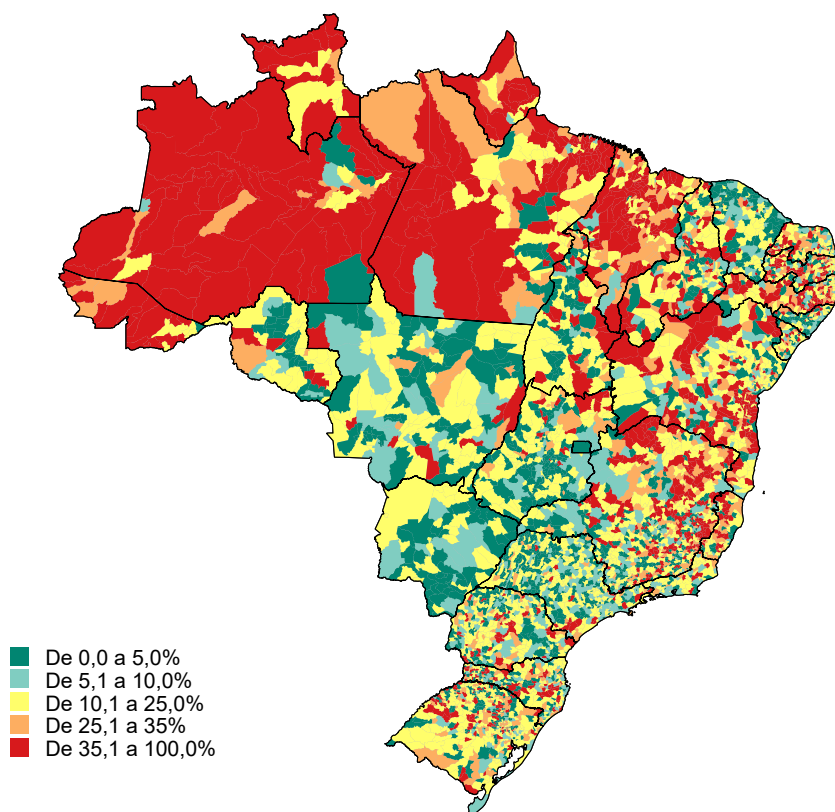


FIGURA 3

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE PEQUENO PORTE (ATÉ 50 MATRÍCULAS) SEGUNDO O MUNICÍPIO – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Do total de 179.286 escolas de educação básica, 114.576 ofertam matrículas da educação infantil (78.070 de creche e 100.135 de pré-escola), enquanto o ensino fundamental está presente em 120.935 (103.114 de anos iniciais e 61.718 de anos finais) e o ensino médio, em 29.993 unidades (Gráfico 50).

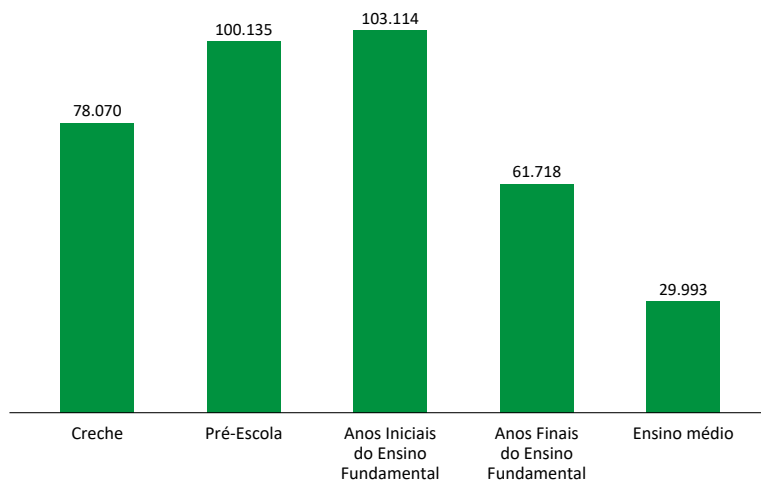


GRÁFICO 50

NÚMERO DE ESCOLAS SEGUNDO A OFERTA DE ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Ao avaliar a disponibilidade de internet nas escolas da educação básica, percebe-se, na Figura 4, que esse recurso é pouco presente (proporção geral inferior a 70%) nos estados do Acre (48,2%), do Amazonas (58,1%), de Roraima (61,9%), do Pará (66,4%) e do Amapá (67,3%).

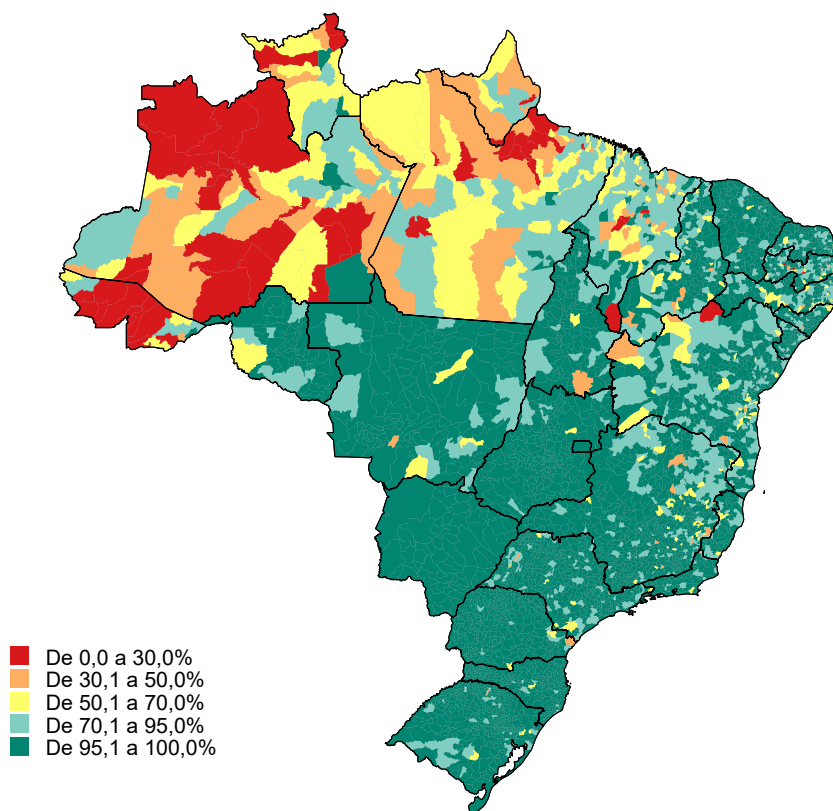


FIGURA 4

PERCENTUAL DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSO À INTERNET SEGUNDO O MUNICÍPIO – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Em 2024, 114.576 escolas ofertavam educação infantil no Brasil, sendo que 78.070 atendiam creche e 100.135, pré-escola. Ao longo dos últimos cinco anos, o número de escolas que oferecem creche teve um aumento de 10,1%. Já para aquelas com oferta de pré-escola, houve uma queda de 0,9% (Gráfico 51).

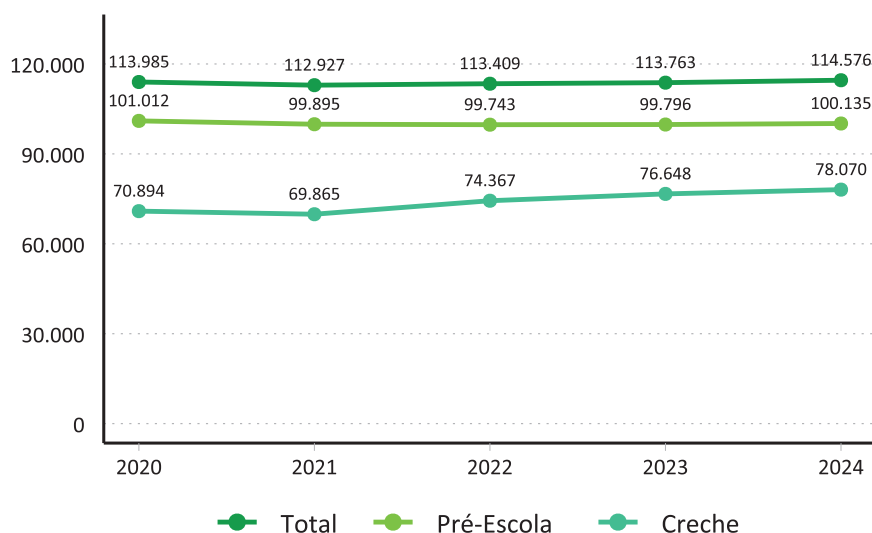


GRÁFICO 51

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Na educação infantil, a infraestrutura tecnológica é abrangente na rede privada de ensino. A internet está presente em 98,8% das escolas particulares, enquanto, na rede municipal, o percentual é de 87,3%. A presença de internet banda larga é de 90% na rede privada e de 73,5% nas escolas municipais. A internet para uso administrativo está disponível em 96,7% da rede particular, enquanto, na rede municipal, o percentual é de 83,2% (Gráfico 52).

Em relação à infraestrutura, 48,7% das escolas municipais de educação infantil têm banheiro adequado à educação infantil, enquanto, nas escolas particulares, esse percentual chega a 85,1%. Quanto à existência de materiais socioculturais ou pedagógicos em uso na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino, verifica-se um elevado percentual, na rede privada, de brinquedos para educação infantil, de jogos educativos e de materiais para atividades culturais e artísticas, com 93,2%, 91% e 65,9%, respectivamente. Já na rede municipal, esses percentuais são menores, respectivamente com 69,7%, 81,6% e 34,1%. Na rede privada, a disponibilidade de parque infantil (81,5%) e pátio escolar (87,4%) também é superior à verificada na rede municipal (41% e 72,1%, respectivamente) (Gráfico 52).

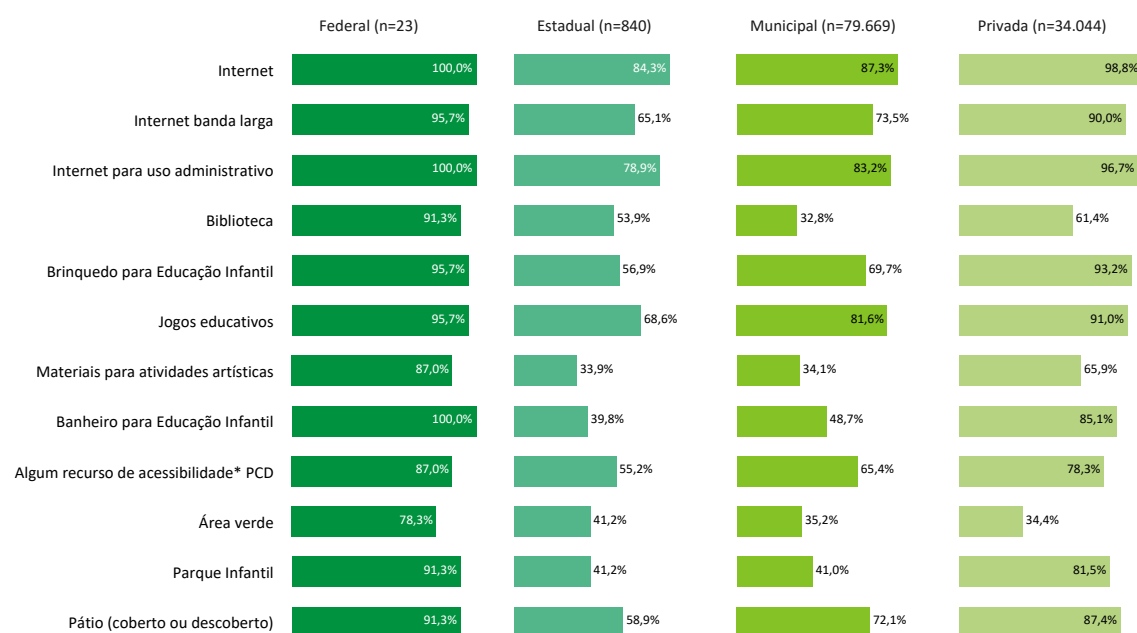


GRÁFICO 52

RECURSOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA E À INFRAESTRUTURA DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: *Percentual de escolas que declararam possuir algum dos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação internas (corrimão, elevador, pisos táteis, vão livre, rampas, salas acessíveis, sinalização sonora, tátil ou visual).

1.3.3 ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino fundamental foi ofertado em um total de 120.935 escolas no País, das quais 103.114 atendiam os anos iniciais e 61.718, os anos finais. O número de escolas que oferecem os anos finais se manteve relativamente estável nos últimos cinco anos. Observa-se uma redução gradual no número de escolas que oferecem os anos iniciais, que, nos últimos cinco anos, diminuiu em 4.966 escolas, uma queda de 4,6% (Gráfico 53).

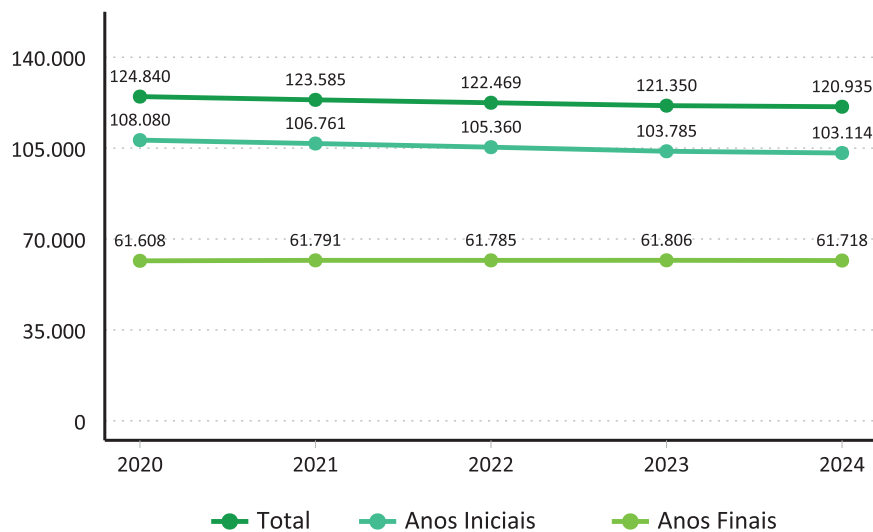


GRÁFICO 53

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS)
– BRASIL – 2020-2024**

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A rede municipal é a principal responsável pela oferta dos anos iniciais e finais do ensino fundamental nas escolas do País. Ela conta com 70.306 (68,2%) escolas nos anos iniciais e abrange 28.940 (46,9%) escolas de anos finais, conforme demonstra o Gráfico 54.

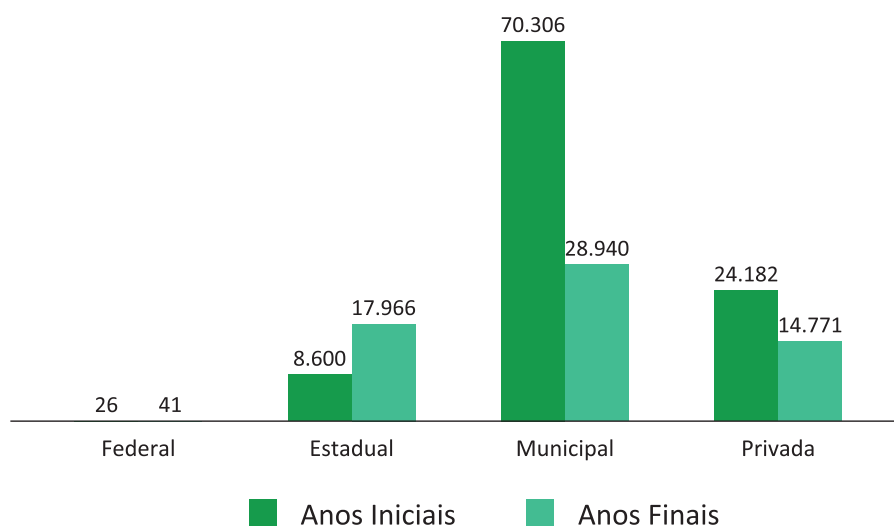


GRÁFICO 54

NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS) SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Apesar de possuir o maior número de escolas do ensino fundamental, a rede municipal é a que menos dispõe de recursos tecnológicos, como lousa digital (13,9%), projetor multimídia (61,3%), computador de mesa (40,5%) ou portátil (38,2%) para os alunos, ou mesmo internet disponível para uso destes (39,6%). Em alguns quesitos, as escolas da rede estadual estão mais equipadas com recursos tecnológicos do que as da rede privada. O percentual de escolas estaduais com lousa digital, projetor multimídia, internet para ensino e aprendizagem, internet para uso dos estudantes e computador de mesa, computador portátil e tablet para alunos é maior do que o das escolas particulares, como mostra o Gráfico 55.

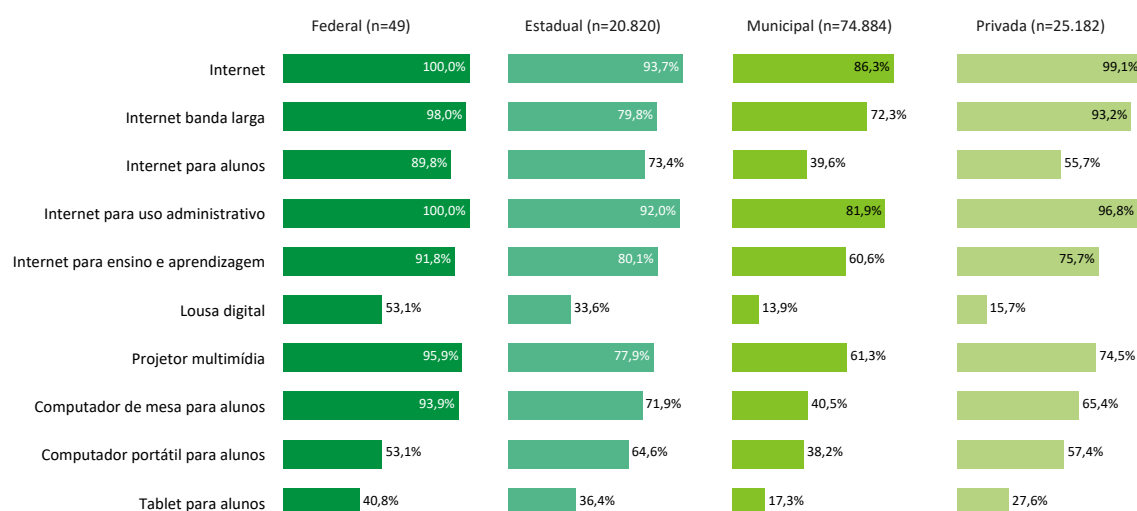


GRÁFICO 55

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: *Número de escolas da rede de ensino.

De forma geral, o Brasil tem um elevado percentual de acesso à internet nas escolas de ensino fundamental. Entretanto, quando observado o percentual de internet banda larga, algumas regiões ainda apresentam baixa cobertura. Os estados com menor proporção de acesso à internet banda larga são Acre (27,7%), Amazonas (39,3%), Roraima (43,2%), Amapá (45,8%) e Pará (51,4%), com cobertura inferior a 60% (Figura 5).

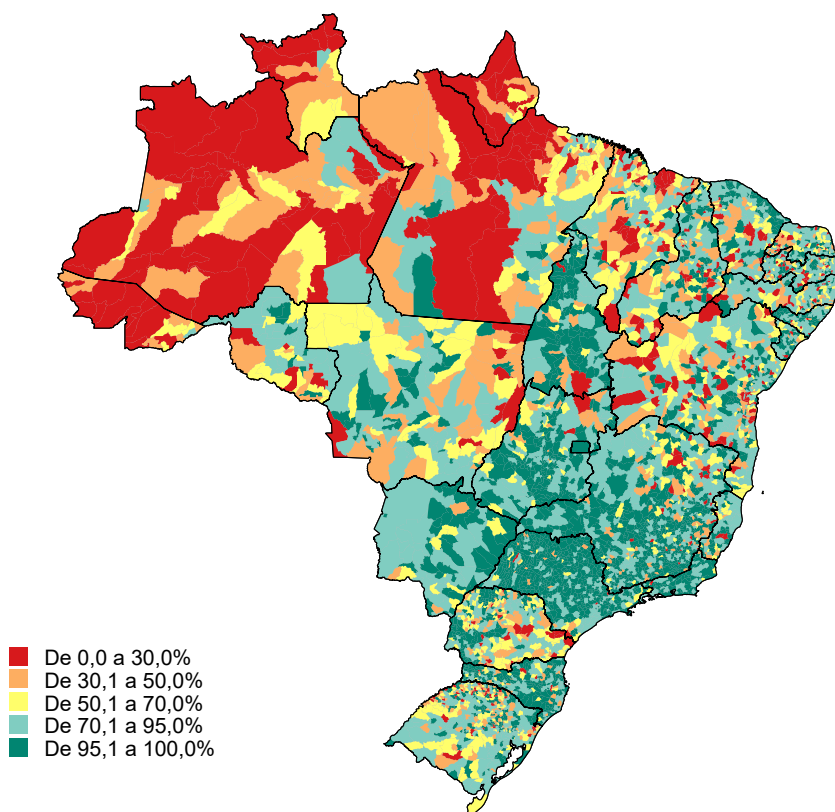


FIGURA 5

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA SEGUNDO O MUNICÍPIO – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quando verificados os recursos tecnológicos por região (Gráfico 56), fica evidente a disparidade entre o Norte e o restante do País. Em oito dos dez quesitos analisados, a região demonstrou percentuais abaixo de 50%. Destaca-se que apenas 49,6% das escolas de ensino fundamental da região Norte possuem acesso à internet banda larga. No Nordeste, os percentuais de internet (90,8%) e de internet banda larga (75,6%) também são menores que no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A região Sul é a que apresenta os maiores percentuais de computador de mesa, de computador portátil e de tablet para os alunos.

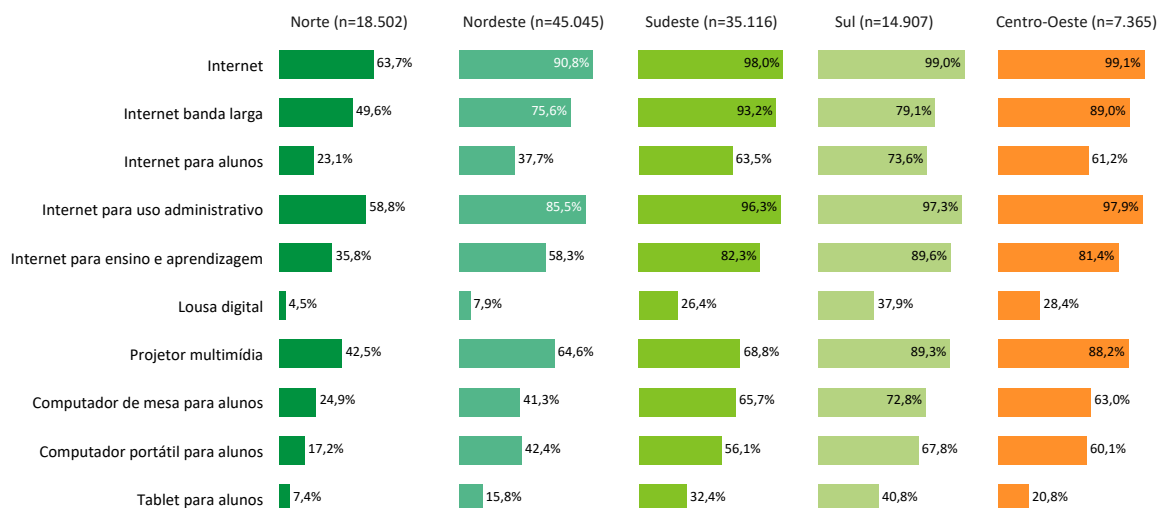


GRÁFICO 56

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO AS REGIÕES - BRASIL - 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: *Número de escolas da região.

1.3.4 ENSINO MÉDIO

No Brasil, o ensino médio foi ofertado por um total de 29.993 escolas em 2024. Nos últimos cinco anos, houve um aumento gradual no número de escolas das redes pública e privada que oferecem essa etapa, conforme o Gráfico 57. No total, o crescimento foi de 3,7% no número de escolas de ensino médio no período de 2020 a 2024.

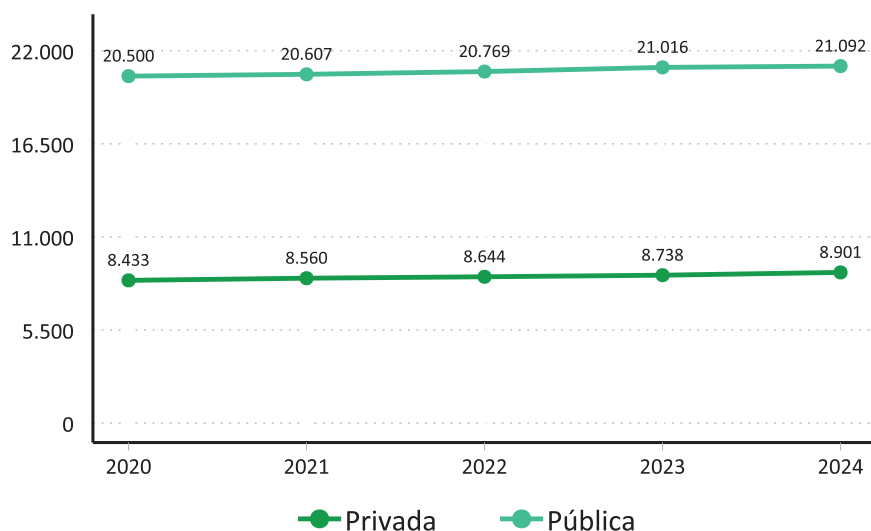


GRÁFICO 57

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO SEGUNDO A REDE (PÚBLICA OU PRIVADA) - BRASIL - 2020-2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A rede estadual tem o maior número de escolas de ensino médio, 67,5%, seguida pela rede privada, com 29,7%. Apesar de o ensino médio ser a etapa que conta com a maior participação da rede federal (comparada à educação infantil e ao ensino fundamental), essa participação é ainda muito pequena (Gráfico 58).

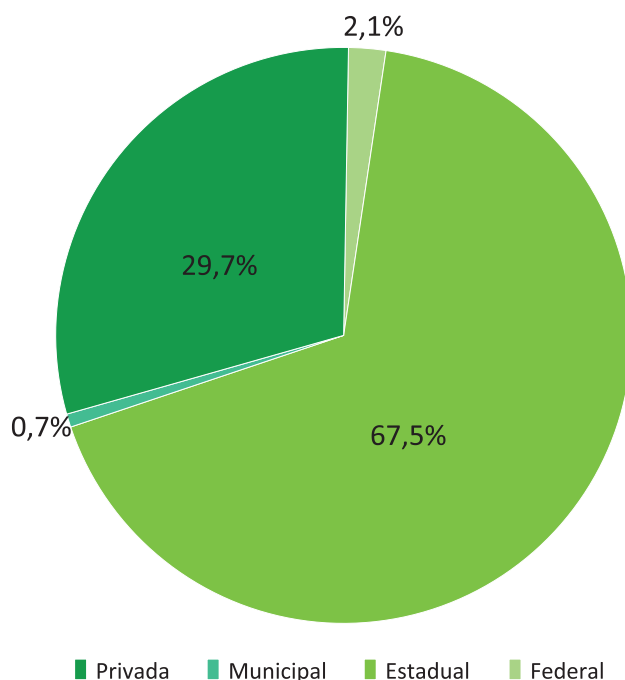


GRÁFICO 58

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas de ensino médio é maior do que nas de ensino fundamental. Quando observada a rede estadual, que detém o maior número de escolas de ensino médio, nota-se que 82,9% das unidades têm internet banda larga. Nessa rede, o percentual de computadores portáteis para alunos é de 66,5% e o de tablet para alunos é de 37,8% (Gráfico 59).

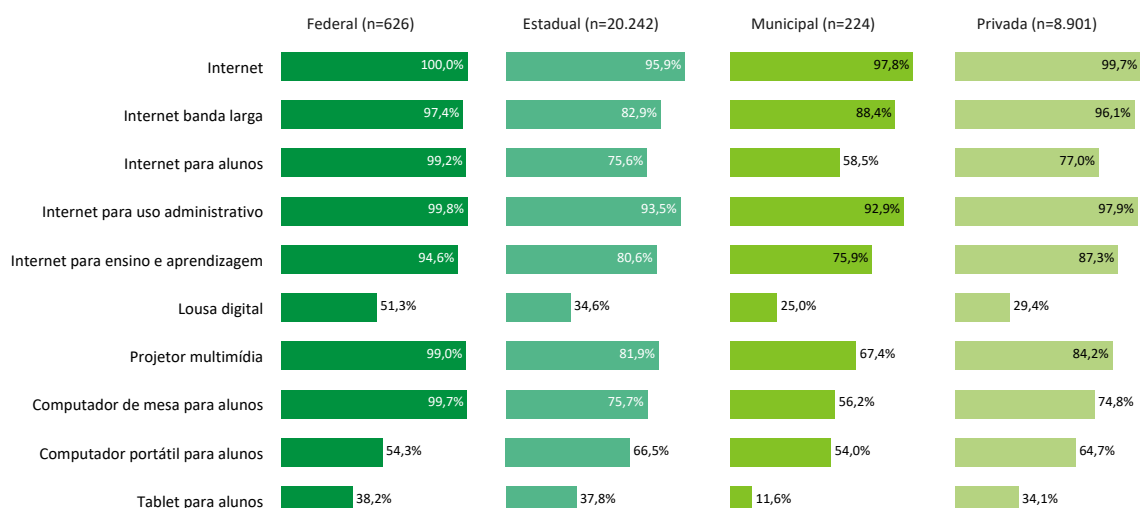


GRÁFICO 59

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: *Número de escolas da rede de ensino.

O acesso à internet e à internet banda larga é mais abrangente no ensino médio do que no fundamental. Destacam-se com os maiores percentuais de escolas com internet banda larga as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, com 97,3%, 90,8% e 83,2%, respectivamente. O menor percentual de internet banda larga está no Norte do País, onde esse recurso é encontrado para 66,9% das escolas. A região Sul é a que aparece com os maiores percentuais de computadores de mesa (87,4%) e de tablet para alunos (57,7%). A região com o maior percentual de computadores portáteis para alunos é o Centro-Oeste, com 78,4%. Outros recursos tecnológicos disponíveis nas escolas de ensino médio estão listados no Gráfico 60.

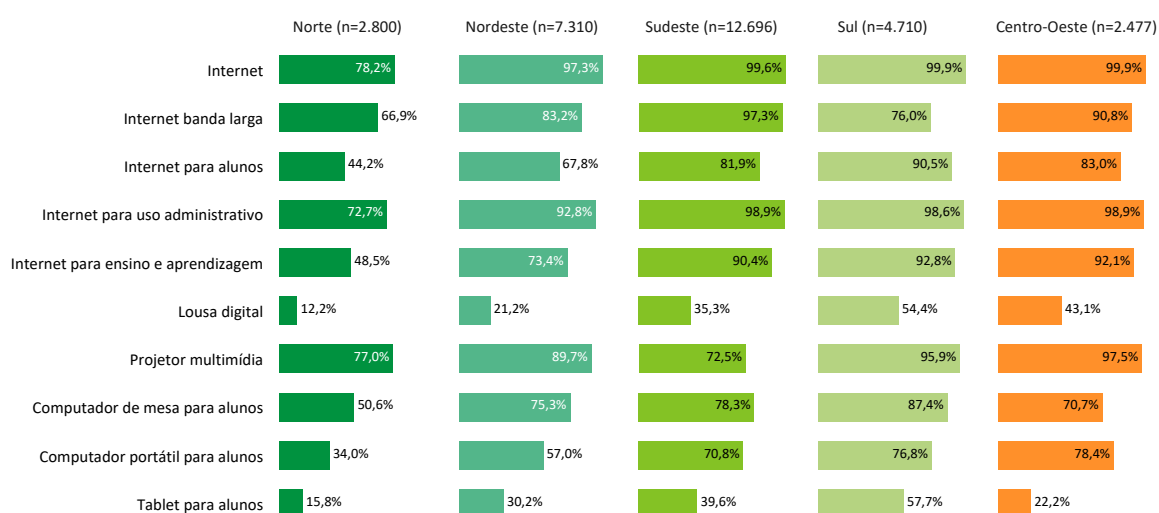


GRÁFICO 60

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: *Número de escolas da região.

A Figura 6 detalha o percentual de escolas de ensino médio com internet banda larga por município. Os estados com menor cobertura de banda larga são Acre (41%), Paraíba (49,1%) e Roraima (58,3%).

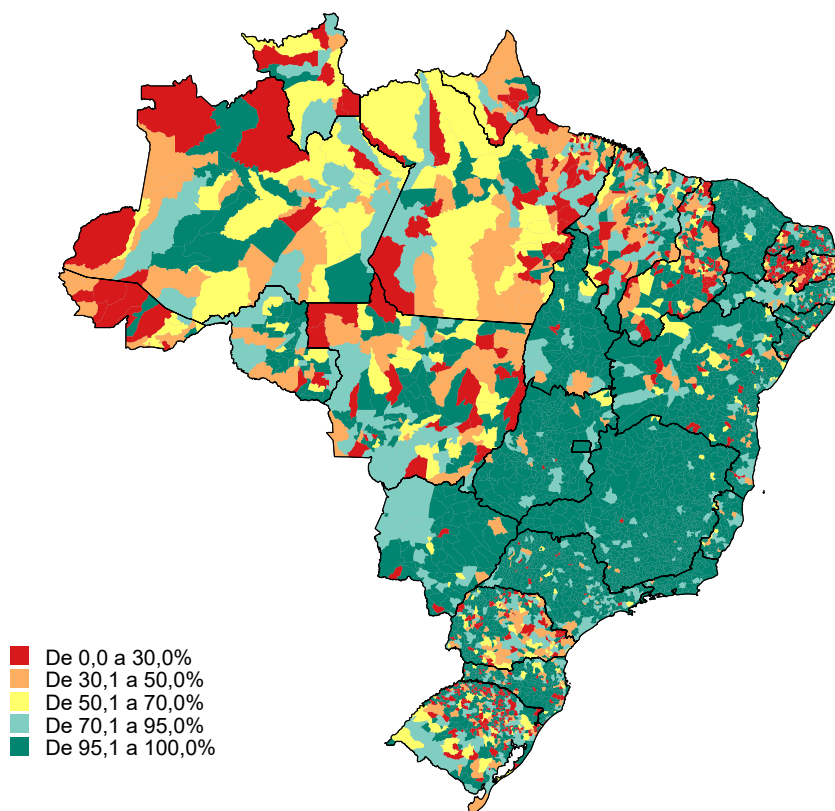


FIGURA 6

**PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA SEGUNDO O MUNICÍPIO –
BRASIL – 2024**

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.4 GESTORES

Esta subseção apresenta alguns destaques relativos aos dados dos gestores das escolas no País. Salientam-se informações básicas sobre os diretores, tais como a formação, o tipo de contratação e a forma de acesso ao cargo.

1.4.1 VISÃO GERAL

Do total de 190.623 gestores⁶ declarados nas 179.286 escolas em 2024, 86% são diretores⁷ e 14% possuem outros cargos⁸. Dos diretores, 80,6% são do sexo feminino (Gráfico 61), mas esse percentual varia nas redes federal (26,2%), estadual (66,2%), municipal (83,6%) e privada (84,3%).

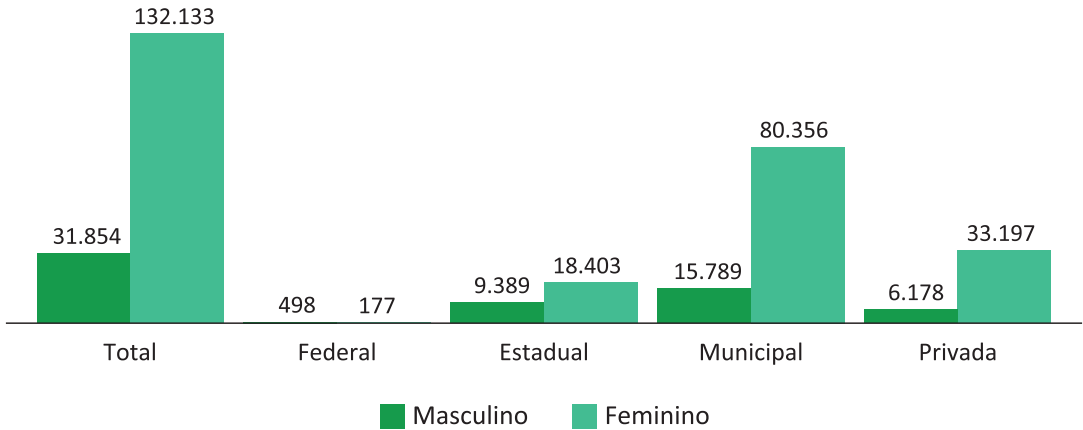


GRÁFICO 61

NÚMERO DE DIRETORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO O SEXO - BRASIL - 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quando observada a escolaridade, o percentual de diretores que completaram o ensino superior é de 91,5%. O percentual de diretores com curso superior é maior nas redes federal e estadual, com 99,7% e 97,8%, respectivamente. Na rede municipal, o percentual é de 91,6% e, na rede privada, de 86,5%.

Sobre o vínculo institucional com a escola, 78,2% dos diretores da rede pública são concursados, efetivos ou estáveis. Os que possuem vínculo de contrato temporário somam 19,7% e aqueles com contratos via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 1,5%. Apenas 0,6% dos contratos são terceirizados. Na rede municipal, os vínculos de contrato temporário chegam a 23,9%. O Gráfico 62 apresenta esses dados separadamente para os diretores das escolas das redes federal, estadual e municipal.

⁶ As estatísticas desta subseção contabilizam o gestor em cada escola em que ele atua. Destaca-se que cada escola podia declarar até três gestores.

⁷ O responsável jurídico ou legal pela instituição escolar, com documentação que comprova o vínculo ao cargo, sendo o dirigente e administrador da escola.

⁸ O gestor ocupa outro cargo, diferente de diretor de escola, mas é o responsável jurídico ou legal pela instituição e pela gestão escolar.

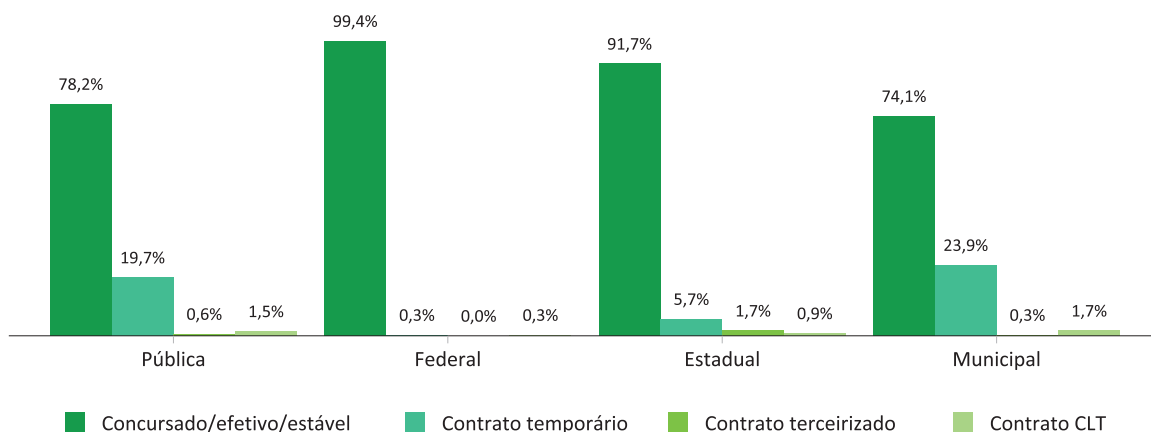


GRÁFICO 62

PERCENTUAL DE DIRETORES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO O TIPO DE VÍNCULO/REGIME DE CONTRATAÇÃO – REDE PÚBLICA – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Outro quesito verificado foi a forma de acesso ao cargo de diretor. Na rede federal, predomina o acesso realizado exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar, com 71,4% dos casos, seguido dos 10,4% cuja forma de acesso foi exclusivamente por indicação ou escolha da gestão. A rede estadual apresenta 26,1% de diretores com acesso ao cargo exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar; outros 18,9% ocupam o cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão. Na dependência municipal, os que acessaram exclusivamente por indicação ou escolha da gestão somam 39,6%, o que representa uma queda de 15 p.p. em relação a 2023. Outros 13,9% acessaram exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar. Na rede privada, 52,2% dos diretores são proprietários ou sócio-proprietários das escolas e 33,4% chegaram ao cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão. Outras categorias podem ser observadas no Gráfico 63 – como o acesso via concurso público específico para o cargo de gestor escolar; as formas combinadas contemplando processo seletivo e escolha da gestão; e o processo seletivo e eleição com a participação da comunidade escolar.

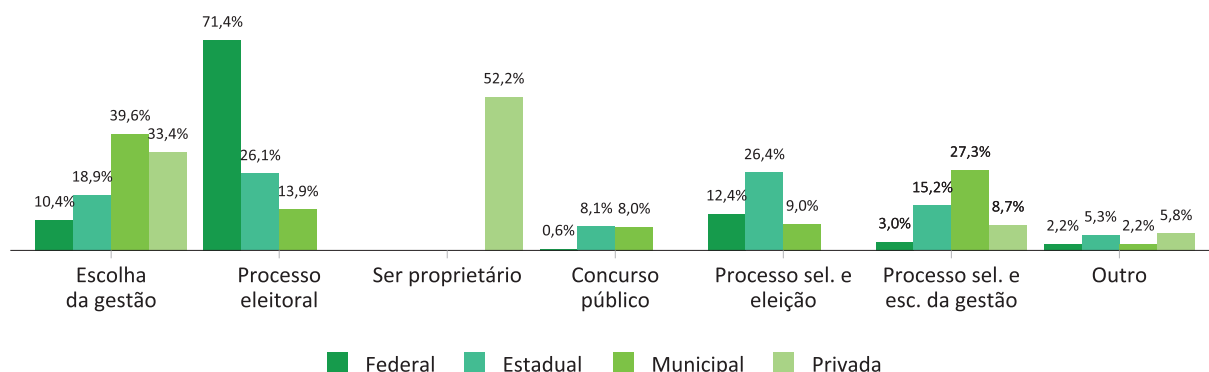


GRÁFICO 63

PERCENTUAL DE DIRETORES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A FORMA DE ACESSO AO CARGO – BRASIL – 2024

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 ago. 1943. Seção 1, p. 11937.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Decreto nº 186, de 10 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jul. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 12.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p. 2.



BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 11.204, de 21 de setembro de 2022. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 set. 2022. Seção 1, p. 16.

BRASIL. Decreto nº 12.158, de 2 de setembro de 2024. Altera o Decreto nº 11.204, de 21 de setembro de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 03 set. 2024. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 2, de 10 de dezembro de 2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 dez. 2020. Seção 1, p. 52.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 2, de 5 de agosto de 2021. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 ago. 2021. Seção 1, p. 50.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Censo Escolar da Educação Básica: Sistema Educacenso*. Brasília, DF: FNDE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/educacao-corporativa/formacao-pela-escola/cursos/censo-escolar-da-educacao-basica-2013-sistema-educacenso/view>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Dicionário de indicadores educacionais: fórmulas de cálculo*. Brasília, DF: Inep, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/dicionario_de_indicadores_educacionais_formulas_de_calculo.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Nota Técnica nº 020/2014*. Indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Manual da linha editorial do Inep*. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: [estudos_educacionais/manual_de_publicacoes.pdf](#). Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 91, de 2 de fevereiro de 2017. Torna público os princípios fundamentais e boas práticas que orientam a produção e divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 fev. 2017a. Seção 1, p. 14.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Nota Técnica nº 8/2017/CGCQTI/Deed*. [Nota técnica das taxas de transição]. Estimativas de fluxo escolar a partir do acompanhamento longitudinal dos registros de aluno do Censo Escolar do período 2007-2016. Brasília, DF: Inep, 2017b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2007_2016/nota_tecnica_taxas_transicao_2007_2016.pdf. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 503, de 11 de junho de 2018. Estabelece os procedimentos para a realização da verificação in loco do Censo Escolar, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jun. 2018. Seção 1, p. 73.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Orientações para o preenchimento da pesquisa: resposta educacional à pandemia de Covid-19 no Brasil: educação básica*. Brasília, DF: Inep, 2021a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/orientacoes_preenchimento_questionario_resposta_educacional_pandemia_covid19_educacao_basica.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *O papel do gestor municipal no acompanhamento e preenchimento do Censo Escolar da educação básica*. Brasília, DF: Inep, 2021b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/pesquisas_estatisticas_indicadores_educacionais/censo_escolar/orientacoes/matricula_inicial/papel_do_gestor_municipal_no_acompanhamento_e_preenchimento_do_censo_escolar.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Orientações para o preenchimento da pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil: educação básica: edição 2021*. Brasília, DF: Inep, 2022a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2021/orientacoes_para_o_preenchimento_da_pesquisa_2021_final.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Sinopse estatística da pesquisa resposta educacional à pandemia de Covid-19 no Brasil: educação básica*. 2. ed. Brasília, DF: Inep, 2022b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/dados_abertos/sinopses_estatisticas/sinopses_estatisticas_pesquisa_covid19_censo_escolar_2021.zip. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *O novo ensino médio e a educação profissional e tecnológica: conceitos e orientações para a declaração do Censo Escolar 2023*. Brasília, DF: Inep, 2023a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Orientações para o preenchimento no Censo Escolar 2023 Sistema Educacenso Educação de jovens e adultos (EJA)*. Brasília, DF:

Inep, 2023b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/pesquisas_estatisticas_indicadores_educacionais/censo_escolar/orientacoes/matrricula_inicial/orientacoes_de_preenhcimento_EJA_Censo_Escolar_2023_final.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Orientações de preenchimento dos campos de infraestrutura e tecnologia no Censo Escolar*. Brasília, DF: Inep, 2023c. Disponível em: https://download.inep.gov.br/pesquisas_estatisticas_indicadores_educacionais/censo_escolar/orientacoes/matrricula_inicial/orientacoes_preenchimento_campos_infraestrutura_tecnologia_censo_escolar.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024*. Brasília, DF: Inep, 2024a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 181, de 15 de maio de 2024. Define o cronograma de atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2024. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 maio 2024b. Seção 1, p. 102.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria 276, de 1º de julho de 2024. Altera a Portaria nº 181, de 15 de maio de 2024, que define o cronograma e os responsáveis pelas atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2024. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 02 jul. 2024c. Seção 1, p. 151.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Caderno de conceitos e orientações do Censo Escolar 2024*. Brasília, DF: Inep, 2024d. Disponível em: https://download.inep.gov.br/pesquisas_estatisticas_indicadores_educacionais/censo_escolar/orientacoes/matrricula_inicial/caderno_de_conceitos_e_orientacoes_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Glossário da educação especial Censo Escolar 2024*. Brasília, DF: Inep, 2024e. Disponível em: https://download.inep.gov.br/pesquisas_estatisticas_indicadores_educacionais/censo_escolar/orientacoes/matrricula_inicial/glossario_da_educacao_especial_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Perguntas frequentes*. Brasília, DF: Inep, 2024f. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/censo-escolar>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Vídeos tutoriais sobre o Censo Escolar*. Brasília, DF: Inep, 2024g. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLjz5Kd6rxBE6urKtXPVn-hm0R_8UT5Rym. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Mapa de coleta. Brasília, DF: Inep, 2024h. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/mapa-da-coleta>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Sinopses Estatísticas da Educação Básica*. Brasília, DF: Inep, 2024i. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica*. Brasília, DF: Inep, 2024j. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Painéis estatísticos*. Brasília, DF: Inep, 2024k. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Indicadores Educacionais*. Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Portal Medidor Educação Conectada*. Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: <https://medidor.educacaoconectada.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 mar. 2025.

THE R FOUNDATION. *R development core team*. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2021. Disponível em: <http://www.R-project.org>. Acesso em: 18 jan. 2024.

UNITED NATIONS (UN). General Assembly. *Resolution adapted by the General Assembly on 29 January 2014: 68/261: fundamental principles of official statistics*. New York: UN, 2014. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/FP-New-E.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GLOSSÁRIO

As definições a seguir tiveram como fonte o Caderno de Instruções do Censo Escolar, as referências legais (relativas às metas do PNE), além de notas técnicas e dicionários de indicadores.

Atendimento educacional especializado (AEE): é a mediação pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, público da educação especial, devendo a sua oferta constar do projeto pedagógico da escola (Decreto nº 7.611/2011), em todas as etapas e modalidades da educação básica. Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e à independência na escola e fora dela e é realizado prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais (SRM) da própria escola, ou de outra escola de ensino regular, ou em centros de atendimento educacional especializado (Caee). As atividades visam ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, comunicacionais, linguísticas, identitárias e culturais dos estudantes, considerando suas singularidades. As ações pedagógicas executadas pelo professor especializado visam apoiar as atividades realizadas pelo professor na classe comum.

Banheiro adequado à educação infantil: banheiro adaptado para crianças de 0 a 5 anos, com tamanhos, modelos e materiais adequados.

Critério de acesso: processo seletivo e eleição: combina a realização de um processo seletivo que considera critérios claros e objetivos de seleção (como provas, títulos, participação em cursos, currículo, entre outros) e a escolha por meio de eleição, com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Opção exclusiva para escolas públicas.

Critério de acesso: processo seletivo e escolha da gestão: combina a realização de um processo seletivo que considera critérios claros e objetivos de seleção (provas, avaliação de títulos, participação em cursos, currículo, entre outros) e a escolha direta do proprietário da escola ou do gestor de maior cargo da rede de ensino. Opção para escolas públicas e privadas.



Critério de acesso: concurso público específico para o cargo de gestor escolar: indica que o gestor escolar assumiu o cargo por meio de concurso público conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal, precedido de edital exclusivo e específico para ocupar o cargo. Opção exclusiva para escolas públicas.

Critério de acesso: ser proprietário ou sócio-proprietário da escola: indica que o acesso ao cargo se deve ao fato de o responsável pela escola ser proprietário único da instituição ou ser sócio-proprietário. Opção exclusiva para escolas privadas.

Critério de acesso: exclusivamente por indicação ou escolha da gestão: indicação do responsável pela escola se dá por escolha direta do proprietário da escola ou do gestor de maior cargo da rede de ensino, sem considerar outros critérios. Opção para escolas públicas e privadas.

Critério de acesso: exclusivamente por processo eleitoral: indica como único critério para acessar o cargo de gestor a escolha por meio de eleição, com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, com critérios definidos por legislação, tais como: voto direto, secreto, quórum mínimo, constituição de comissão eleitoral, entre outros. Opção exclusiva para escolas públicas.

Dependência administrativa: é o âmbito de subordinação administrativa da escola, que contempla as esferas de ensino: federal, estadual, municipal e privada.

Educação profissional: turma de cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (cursos FIC) articulados à educação de jovens e adultos (EJA) ou ao ensino médio; ou cursos técnicos de nível médio nas formas articuladas (integrada ou concomitante) ou subsequente ao ensino médio.

Educação de jovens e adultos (EJA): ensino direcionado a jovens e adultos que não iniciaram ou interromperam seu processo educativo escolar (ensino fundamental e/ou ensino médio). Para cada segmento da EJA, há uma correspondência nas etapas da educação básica e carga horária específica.

Ensino médio integrado à educação profissional: turma de curso de educação profissional técnica de nível médio articulado ao ensino médio regular em um projeto pedagógico integrado. Cada aluno tem uma única matrícula.

Escola privada conveniada: acordo celebrado entre o poder público (secretaria estadual e/ou municipal) e entidades privadas sem fins lucrativos, mediante mútua colaboração, com vistas a descentralizar a execução de programa ou projeto na área educacional, com duração definida. O instrumento pode compreender convênio, acordo de cooperação técnica, repasse de recursos, prestação de serviços, entre outros instrumentos congêneres para manutenção e desenvolvimento de ensino, conforme os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394/1996.

Gestor – outro cargo: o gestor ocupa outro cargo, diferente de diretor de escola, mas é o responsável jurídico/legal pela instituição e pela gestão escolar.

Gestor – diretor(a): o responsável jurídico/legal pela instituição escolar, com documentação que comprova o vínculo ao cargo, sendo o dirigente e administrador da escola.

Indicador de adequação da formação docente: sintetiza a relação entre a formação inicial dos docentes de uma escola e as disciplinas que eles lecionam, considerando o ordenamento legal vigente. A relação dos cursos considerados adequados para cada disciplina encontra-se na nota técnica desse indicador, disponível na página do Inep (<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>). Grupo 1 – percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na

mesma área da disciplina que leciona; Grupo 2 – percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; Grupo 3 – percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona; Grupo 4 – percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior não considerada nas categorias; Grupo 5 – percentual de disciplinas que são ministradas por professores sem formação superior. Destaca-se que, especificamente nos anos iniciais do ensino fundamental, professores com formação em “Pedagogia – Licenciatura” (ou com complementação pedagógica equivalente) são classificados no Grupo 1 em todas as disciplinas, exceto Língua Estrangeira.

Jogos educativos: jogos elaborados especificamente para ensinar as pessoas sobre um determinado assunto, expandir conceitos e reforçar desenvolvimento e entendimento sobre um evento histórico ou cultural.

Localização: demarcação definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a classificação dos espaços rurais e urbanos. Há duas opções: zona urbana (áreas correspondentes às cidades, às vilas ou às áreas urbanas isoladas) ou zona rural (toda a área situada fora dos limites da zona urbana). O perímetro urbano do município é definido por meio de lei municipal baseada no plano diretor do município – principal instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Lousa digital: aparelho de tela sensível ao toque que projeta a imagem do computador e permite ao usuário, geralmente por meio de canetas próprias, a interação com diversos recursos multimídias.

Materiais para atividades culturais e artísticas: materiais que podem ser utilizados pelos professores com os alunos para aulas de educação artística e teatro, tais como: pincéis, tintas, argila, forno para queima de cerâmica, cenários, fantoches, roupas e fantasias, entre outros.

Parque infantil: local destinado a crianças da educação infantil, com instalações/equipamentos projetados para a realização de atividades recreativas, jogos e brincadeiras de maneira segura.

Pessoas com altas habilidades ou superdotação: são aquelas que apresentam elevado potencial intelectual, acadêmico, de liderança, psicomotor e artístico, de forma isolada ou combinada, além de apresentarem grande criatividade e envolvimento na aprendizagem e na realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Pessoas com transtorno do espectro autista (TEA): são aquelas que apresentam quadro clínico caracterizado por deficiência persistente e clinicamente significativa que causa alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação verbal e não verbal, ausência de reciprocidade social e dificuldade em desenvolver e manter relações apropriadas ao nível de desenvolvimento da pessoa. Além disso, a pessoa apresenta um repertório de interesses e atividades restrito e repetitivo, manifestado por comportamentos motores ou verbais estereotipados. Assim sendo, é comum a excessiva adoção de rotinas e padrões de comportamento ritualizados, bem como interesses restritos e fixos.

Pessoas com deficiência (PCD): segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil em forma de Emenda Constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto nº 6.949/2009, da Presidência da República: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2009).

Plano Nacional de Educação (PNE): é o Plano Nacional de Educação, decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e que estará em vigor até 2024. Ele determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional.

Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 04: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Rede de ensino: fonte financeira da escola. A rede pública é mantida pelo Poder Público (federal, estadual ou municipal). A rede privada é mantida por entes privados.

Taxa de distorção idade-série: expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

Tempo integral: o indicador de tempo integral avalia o percentual de matrículas cujo tempo de permanência do aluno na escola ou em atividades escolares é igual ou superior a 35 horas semanais. A carga horária total semanal de um aluno considera, além da duração da turma de escolarização (considerando as etapas da creche ao ensino médio), as durações de eventuais turmas de atividade complementar, de atendimento educacional especializado e de itinerário formativo (quando existentes para os alunos de ensino médio) que o aluno frequente, independentemente do local de oferta – a carga horária semanal de cada turma é obtida multiplicando o tempo diário (em minutos) pelo número de dias da semana em que são realizadas atividades.

Tipo de contratação – contrato terceirizado: contrato de prestação de serviços celebrado com empresa intermediária. A relação de emprego é mantida entre o trabalhador e a empresa contratada e não envolve diretamente a secretaria de educação.

Tipo de contratação – contrato CLT: contrato celebrado entre pessoa física e secretaria de educação, seguindo as normas da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), incluindo a assinatura da carteira de trabalho e previdência social pelo empregador, de acordo com o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Tipo de contratação – contrato temporário: contrato celebrado entre pessoa física e secretaria de educação, para atender a uma necessidade transitória de substituição de pessoal ou a um acréscimo extraordinário de serviços.

Tipo de contratação – concursado, efetivo ou estável: servidor com cargo público permanente no quadro da secretaria de educação efetivado por meio de ato formal.





INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO